

**Angela Maria Moura Costa Prates  
Denis Cezar Musial**  
Organizadores

# Caderno de Assistência Social e Direitos Humanos: Trabalho Social com Famílias



PREFEITURA DE  
**IRATI**



2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



IRATI-PR

ANGELA MARIA MOURA COSTA PRATES

DENIS CEZAR MUSIAL

Organizadores

**CADERNO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS:  
TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS**

Irati – Paraná

2019

Prefeitura Municipal de Irati-PR  
Secretaria de Assistência Social de Irati-PR

**JORGE DAVID DERBLI PINTO**

Prefeito Municipal de Irati

**AMILTON KOMINSKI**

Vice-prefeito de Irati

**SYBIL DIETRICH**

Secretária Municipal de Assistência Social

**DENIS CEZAR MUSIAL**

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

**GESTÃO DO TRABALHO DO SUAS**

Rua Coronel Pires, nº 826

Centro - Irati-PR

**DOCUMENTO**

Trabalho Social com Famílias



2019 Uniedusul Editora

Copyright da Uniedusul Editora  
Editor Chefe: Profº Me. Wellington Junior Jorge  
Diagramação e Edição de Arte: André Oliveira Vaz  
Revisão: Os autores

### **Conselho Editorial**

Alexandra Fante Nishiyama – Faculdade Maringá  
Aline Rodrigues Alves Rocha – Pesquisadora  
Ana Lúcia da Silva – UEM  
André Dias Martins – Faculdade Cidade Verde  
Brenda Zarelli Gatti – Pesquisadora  
Carlos Antonio dos Santos – Pesquisador  
Cleverson Gonçalves dos Santos – UTFPR  
Constanza Pujals – Uningá  
Delton Aparecido Felipe – UEM  
Fabio Branches Xavier – Uningá  
Fábio Oliveira Vaz – Unifatecie  
Gilmara Belmiro da Silva – UNESPAR  
João Paulo Baliscai – UEM  
Kelly Jackelini Jorge – UNIOESTE  
Larissa Ciupa – Uningá  
Marcio Antonio Jorge da Silva – UEL  
Márcio de Oliveira – UFAM  
Pâmela Vicentini Faeti – UNIR/RM  
Ricardo Bortolo Vieira – UFPR  
Rodrigo Gaspar de Almeida – Pesquisador  
Sâmilo Takara – UNIR/RM

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C122 Caderno de assistência social e direitos humanos [recurso eletrônico]: trabalho social com famílias / Organizadores Angela Maria Moura Costa Prates, Denis Cezar Musial. – Maringá, PR: Uniedusul, 2019.

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-80277-30-8

1. Assistência social. 2. Cidadania. 3. Direitos humanos. I. Prates, Angela Maria Moura Costa. II. Musial, Denis Cezar.

CDD 323.6

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Permitido fazer download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.uniedusul.com.br](http://www.uniedusul.com.br)

# SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>9</b>
VISÕES DOS EDUCADORES SOCIAIS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR NA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
MUSIAL, Denis Cezar	
COLESEL, Alessandra	
MAGNI, Cristiana	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>16</b>
O ACOMPANHAMENTO FAMILIAR E O TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS ATRAVÉS DO PAIF	
FRANÇA, Sabrina	
PRATES, Angela Maria Moura Costa	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>33</b>
ESTUDO DE CASO: O TRABALHO COM A FAMÍLIA NO PROCESSO DE REINserÇÃO SOCIAL DE UM EGRESSO DO SISTEMA PENAL	
MUSIAL, Denis Cezar	
SOUZA, Abraão Mayer G. F. de	
BIANCO, Aline	
COSTA, Cesar Renato Ferreira da	
KUSPIOSZ, Débora	
RODRIGUES, Eduarda Maria	
PRINCIVAL, Francieli Maria Martins	
ZAMBENEDETTI, Gustavo	
KULITCH, Jair	
FERREIRA, Jéssica	
FONSECA, Marylia Gabriela O. da	
VELOZO, Paola P. dos Anjos	
PASSOS, Regiane G. dos	
QUADROS, Sheila Fabiana de	
GONÇALVES, Victa Ogg Jonson	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>42</b>
A ARTICULAÇÃO ENTRE O SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA E O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS NO TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS	
SANTOS, Dener Cristi dos	
FILUS, Ucileide Aparecida	
WAGNER, Camila	
FERENCZ, Rafaela Maria	
WAGNER, Reinaldo	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>47</b>
TRABALHANDO COM FAMÍLIAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
LECHIW, Kelly Kusnik	
MAJEWSKI, Jocieli	

<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>53</b>
PROCESSOS GRUPAIS: REFLEXÕES TEÓRICAS E APROXIMAÇÕES COM O SERVIÇO SOCIAL	
LIMA, Mônica	
MUSIAL, Denis Cezar	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>59</b>
TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS: UM ENFOQUE PARA OFICINA DE FAMÍLIAS REALIZADA NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL LAGOA DE IRATI/PR	
KUBILINSKI, Simone Aparecida	
ZARPELON, Mariane	
PAULA, Cristiane de	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>63</b>
A PEDAGOGIA SOCIAL DIANTE DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: DIALOGANDO COM FAMÍLIAS, ESPAÇOS E CONTEXTOS	
QUADROS, Sheila Fabiana de Quadros	
RODRIGUES, Vanessa Elisabete Raue	
OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>73</b>
POTENCIALIDADES E DIFICULDADES DA REDE DE PROTEÇÃO ÀS PESSOAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DO MUNICÍPIO DE IRATI-PR	
FREITAS, Alessandra Regina Teixeira de	
MENON, Ana Carolina	

# *Apresentação*

A Secretaria Municipal de Assistência Social de Irati-PR em parceria com a Universidade Estadual do Centro Oeste-curso de Serviço Social tem a honra de lançar o Caderno da Assistência Social e Direitos Humanos- edição sobre o Trabalho Social com Famílias. Essa proposta vem de encontro com a concretização do Plano Municipal de Formação Continuada do SUAS de Irati com a proposta de (re)pensar o desenvolvimento do Trabalho Social com Famílias com aprofundamento teórico-metodológico, habilidades técnicas-operativas e compromisso ético-político. Esse conjunto das dimensões nos faz olhar essas famílias em suas particularidades e as interferências econômicas, políticas, culturais e sociais que implicam nesse processo.

Portanto, é com sentimento de alegria que publicamos o terceiro livro com edição específica e que contribuam com o processo de qualificação no desenvolvimento do Trabalho Social com Famílias, reconhecendo a pluralidade dessas famílias e o seu território onde está inserida, buscando compreender esse espaço como dinâmico e mutável diante dos contextos.

O caminho da educação é sempre o caminho possível para a transformação social. Como dizia Paulo Freire “Trata-se de aprender a ler a realidade (conhecê-la) para em seguida poder reescrever essa realidade (transformá-la)”. E é com esse pensamento que seguimos elaborando os trabalhos desta secretaria.

Pensar nesta edição com a proposta de discutir o trabalho social com famílias compreende superar as fronteiras dos achismos e avançar numa lógica de trabalho técnico e político que possa sair de um campo da esfera individual e possamos adentrar esse trabalho numa esfera social.

Portanto, cabe a nós estudarmos a sociedade na identificação não somente de seus desafios, mas principalmente de suas potencialidades, para que as políticas públicas sejam cada vez mais assertivas em seu propósito, que é o de garantir dignidade as famílias.

Este Caderno de Assistência Social e Direitos Humanos-edição sobre o Trabalho Social com Famílias marca uma importante parceria entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e pesquisadores da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Uma parceria que se afasta da hierarquia de saberes e, por isso, temos a construção conjunta de novas reflexões e práticas que incidem tanto na comunidade quanto na universidade. Nessa interação de saberes e experiências as famílias são escutadas para produzirmos algo que os represente nas políticas públicas.

Sybil Dietrich

Secretária Municipal de Assistência Social

# *Introdução*

O Secretaria Municipal de Assistência Social de Irati apresenta o livro composto por artigos que problematizam o trabalho social com famílias no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com o objetivo de subsidiar através de uma relação teórico-prática profissionais de diversas áreas que atuam nesses espaços. O material tem como compromisso provocar reflexões teóricas e atualizadas que atravessam diversos campos do saber, no intuito de contribuir com as realidades regionais que apresentam complexidades e análises diferenciadas.

O livro tem como proposta debater de forma interdisciplinar o desenvolvimento do mundo científico, publicando relatos de experiências, estudos de caso, resultados de pesquisas primárias e secundárias que são afetas a área de conhecimento. É composto de nove (09) artigos abordando estudos e reflexões que tratam das temáticas da assistência social e reflexões sobre o trabalho social com famílias realizado nas unidades institucionais que perpassam a política de assistência social.

Nesse sentido, agradecemos a todos (as) que tornaram possível essa edição, submetendo seus trabalhos, tornando assim redes vivas com referencial teórico-metodológico e o sujeito-guia no percurso na intencionalidade da busca do cuidado de acordo com as realidades apresentadas. Agradecimento a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Angela Maria Moura Costa Prates pelos estudos e produções científicas afetas a esta área, contribuindo incessantemente com o debate no desenvolvimento de um trabalho social com famílias com compromisso ético-político na oferta de serviço de qualidade e a editora UNIEDUSUL e toda a sua equipe que está tornando realidade esse livro.

## VISÕES DOS EDUCADORES SOCIAIS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR NA ASSISTÊNCIA SOCIAL



**MUSIAL, Denis Cezar<sup>1</sup>**

**COLESEL, Alessandra<sup>2</sup>**

**MAGNI, Cristiana<sup>3</sup>**

### 1. INTRODUÇÃO

O contexto social no qual estamos inseridos nos convoca a repensarmos as nossas práticas conscientizadoras e transformadoras da realidade, dentro e fora dos sistemas educacionais e assistenciais do Estado. Nesse sentido, a proposta de repensar a fundo o sistema educacional e as formas de exploração e manipulação que o capital vem utilizando para oprimir e manter uma sociedade cada vez mais escravizada, se faz necessária diante da urgência em propormos alternativas na construção de romper com processos societários e constituir novas formas organizacionais em sociedade.

De acordo com Mézáros (2002), o sistema social que estamos inseridos tem características

abrangentes, sem limites e sem controle. Para o autor, o ciclo de reprodutividade do capital onde o homem troca sua força trabalho por dinheiro para acessar o resultado final de seu trabalho, a ser utilizado até que este se estagne, ou seja, cada vez mais irá ocorrer uma troca de serviços a favor do uso dos produtos desse sistema. Portanto, Mézáros caracteriza o capital como sendo expansionista, destrutivo e incontrolável, vítima de sua própria estrutura.

Dessa forma, verifica-se como a elite sujeita a classe trabalhadora a uma condição de subordinação da ideologia burguesa. Nesse sentido, Bronner (1997), defende o surgimento da teoria crítica como uma contra proposta de reflexão da condição excludente que as massas estão sendo conduzidas, propondo uma reflexão da totalidade desta condição levando a emancipação desses sujeitos. “A teoria crítica projetava uma promessa emancipatória e uma nova perspectiva interdisciplinar que procurava orientar as lutas dos oprimidos.” (BRONNER,

1 Graduação em Serviço Social, especialista em Trabalho Social com Famílias e mestrado em Desenvolvimento Comunitário pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Atualmente, é assistente social e trabalha na Gestão do Trabalho do SUAS e Professor Colaborador da UNICENTRO. Brasil. ORCID: 0000-0001-8096-5686. E-mail: [dinao58@hotmail.com](mailto:dinao58@hotmail.com).

2 Graduação em Pedagogia, atualmente doutoranda do Programa Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário pela Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO). E-mail: [alessandracoleselel@yahoo.com.br](mailto:alessandracoleselel@yahoo.com.br).

3 Graduação em Fonoaudiologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1987), mestrado em Distúrbios da Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997) e doutorado em Genética pela Universidade Federal do Paraná (2007). Especialização em Gestão da Saúde Pública pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora Adjunto C do Departamento de Fonoaudiologia e docente do Mestrado em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro Oeste, no estado do Paraná. E-mail: [crismagni@unicentro.br](mailto:crismagni@unicentro.br).

1997, p.20) A teoria crítica apresentada pelo autor, surge com a função social de perceber a ideologia dominante que cerca a sociedade, proporcionando uma crítica a mesma. A injustiça social surge como fruto da ideologia burguesa a qual é combatida pela lógica da teoria crítica.

Na perspectiva de uma teoria crítica que nos aproximamos então, da Pedagogia transformativa pensada e idealizada por Paulo Freire entre as décadas de 60 e 70, o educador propõe uma nova metodologia de realização do trabalho de base, a partir de uma prática problematizadora e emancipatória, na qual os sujeitos são orientados a repensar o contexto que estão inseridos através de temas geradores.

Com base nestas reflexões, que pensamos em investigar como a prática problematizadora é pensada pelos educadores sociais e cadastradores do cadúnico, dentro da proteção básica da Assistência Social de um município no interior do Estado do Paraná; partindo deste questionamento que desenvolvemos o presente trabalho com arcabouço teórico e prático, fundamentado pela realidade social apresentada no decorrer do texto.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A política de Assistência Social na sua constituição histórica é pautada no desenvolvimento de ações baseadas no clientelismo, benesse e caritativo com um linha de atuação voltada aos pobres, doentes e incapazes de se manter, sendo o olhar do problema dos indivíduos voltada para uma esfera individual. Ou seja, a pobreza era vista como uma esfera do sujeito e sua superação dependia necessariamente de seu esforço em superá-la. (COUTO *et al*, 2010). Nota-se com isso que no campo da Assistência Social, apoiado em décadas na matriz do favor, do clientelismo, que configurou um padrão arcaico de relações, enraizado na cultura brasileira, esta área de intervenção do Estado caracterizou-se historicamente como não política, renegada como secundária e marginal no conjunto das políticas sociais.

A partir então, da Constituição Federal de 1988, trouxe a Assistência Social para um novo campo relacionada ao ordenamento sócio-institucional do Estado, resultado das lutas políticas no processo de ampliação de direitos e proporcionar novos espaços de participação popular e legítimo de reivindicações, rompendo numa perspectiva jurídica com a cultura do favor, do mando e do individualismo, isto é, a assistência social passa a compor a constituição federal como política pública de responsabilidade estatal na sua oferta, tendo direitos os sujeitos a quem dela necessitar e fazendo parte de um tripé de seguridade social.

A estrutura da seguridade social no Brasil tem como objetivo garantir os direitos relacionados a saúde, a previdência social e a assistência social, ofertando renda e serviços adentro num ordenamento jurídico (BRASIL, 1988). O constructo da seguridade social também é produto histórico de lutas de trabalho conquistado pelas classes trabalhadoras, como também, estratégias do capital na incorporações da manutenção da ordem social. O termo seguridade social é um conceito estruturante das políticas sociais, expressando esforços na garantia da universalidade no acesso aos serviços e benefícios de

proteção social pelo estado, dentro de um conjunto de políticas sociais da saúde, assistência social e previdência social.

Em 1993, na legitimidade desta política, surge uma Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) que assegura a diretriz constitucional da primazia da responsabilidade do Estado na gestão, financiamento e execução da assistência social nas três esferas do governo.

Partindo desse processo, várias normativas e regulações vêm sendo acopladas a política de assistência social, ganhando força e corpo em seu processo de implantação, destacando as deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social em 2003, entendendo a necessidade de construção de um sistema único de assistência social, que assegura proteção social as famílias em situação de vulnerabilidade social, tendo como manifestação a Política Nacional de Assistência Social.

Neste processo de construção, a PNAS normatizou um Sistema Único de Assistência Social (SUAS), voltado a articulação em todo o território nacional de um sistema de serviços, benefícios, programas e projetos de assistência social, que ganhou corpo de lei federal, sob nº 12.435, de 06 de julho de 2011, garantindo proteção social, vigilância social e defesa dos direitos. (BRASIL, 2011).

Neste caminho, legitima-se uma política nacional de formação continuada para os trabalhadores da assistência social, ganhando relevância e institucionalidade a partir que os municípios também iniciam na constituição dos seus planos municipais de formação continuada na garantia de assegurar esse campo como uma política de Estado e não de governo e tendo um caráter continuado de formação continuada, compreendida aqui como algo complexo e que não é foco desse trabalho fazer as considerações teóricas.

Como ponto de sustentação teórica para o desenvolvimento dessa formação parte-se de uma revisão narrativa que corrobora ao trazer alguns autores que estudam o conceito de pobreza (SOUZA; ALMEIDA; SPOSATI; BARROS et al; ARROYO) numa perspectiva multidimensional e complexa, pensando em sua existência nas políticas públicas e refletindo sobre olhares positivistas e moralistas que o conceito perdura e ganha na sociedade.

Pensar como o conceito transita nas políticas públicas faz parte de um processo contínuo de reflexão e formação que deve ser intensificado pelas políticas públicas para construir olhares críticos sobre a realidade numa estratégia de intervenção baseada na totalidade do sujeito e seu espaço que ocupa no sociedade, bem como, as interferências econômicas, sociais, políticas e culturais que implicam na constituição desse sujeito nas relações sociais.

Desta forma, compreende-se que a formação continuada é uma das estratégias de resistência que faz com que o sujeito (re)pense suas construções intrínsecas enquanto sujeito histórico e condicionado por relações externas, tornando-o em movimento e em constante aprendizado no seu ambiente de trabalho.

### 3. METODOLOGIA

A pesquisa então realizada caracterizou-se como um estudo descritivo e exploratório com abordagem metodológica qualitativa. Os participantes da pesquisa foram profissionais que atuam como educadores sociais e cadastradores do cadúnico nos equipamentos da Assistência Social do Município. A coleta de dados, foi realizada em dois momentos de formação, no formato de roda de conversa, com os quais realizamos técnicas de grupo e discussões acerca da temática e apresentação de áudio visuais. O perfil dos participantes eram formados em sete educadores sociais e cinco cadastradores com uma faixa etária de 20 a 30 anos e predominância do sexo feminino.

Afonso e Abade (2008) aponta que as rodas de conversa são espaços constituídos de metodologias participativas, onde os participantes de maneira coletiva constroem reflexões acerca de uma determinada temática. Para que a rodas de conversa aconteçam, o espaço deve ser organizado para que todos os sujeitos possam ser visualizados e sintam-se acolhidos na busca de superação dos seus mitos e entraves.

### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

As discussões foram orientadas por fundamentalmente duas temáticas: Pobreza e Educação Popular. Iniciamos a discussão apresentando dados sobre a desigualdade social no Brasil, intitulado como um Raio X.

Os dados exemplificam essa situação, assim, os seis homens mais ricos do Brasil tem a mesma riqueza que os 50% mais pobres da população. Outro dado importante destaca a redução de financiamento dos programas sociais de enfrentamento a pobreza, colocando o Brasil “no sinal vermelho”, sendo anteriormente reconhecido mundialmente pelo combate à fome. (STUCKLER, 2014).

A estratégia de visualizar os dados faz com que os profissionais possam se situar numa esfera macro sobre o aspecto contraditório do sistema de produção econômico do Brasil. Apesar de produzirmos de forma extensa e em grandes proporções, o modo de organização econômico não permite que todos tenham acesso a essa produção, denotando aí que a acumulação produzida pelo sistema capitalista é restrita apenas há uma classe social, a saber, a burguesa.

Essa reflexão no grupo permite problematizar a sociedade meritocrática, que traz em seu centro o esforço individual do sujeito em superar tais condições, como exemplo aqui, a pobreza. Essa reflexão também caminha na lógica de pontuar que as classes sociais vivem em constante tensões e conflitos e não há lugar para todos numa determinada classe, rompendo com essa forma essa sociedade baseada no esforço do indivíduo, pois a acumulação não possui um caráter universal.

Na sequência indagamos os participantes se eles tinham dúvida sobre a existência da pobreza? A maioria dos participantes manifestaram sua opinião relatando as formas de dominação e exploração do capital que produz a pobreza para a manutenção da estrutura capitalista. As contribuições giraram em torno de como os grandes empresários acumulam a riqueza e se mantem nas estruturas econômicas

e políticas do país manipulando e determinando a forma de vida que o restante da população sobreviverá.

Continuamos conduzindo a discussão com algumas perguntas disparadoras para o debate, sendo elas: Como vemos a pobreza? Como enxergamos e pensamos esses milhões de crianças e adolescentes pobres? Como esses sujeitos são pensados pela sociedade, pela mídia e pelas políticas socioeducativas?

Em meio as discussões percebe-se várias contribuições valiosas dos participantes, os quais apresentaram seus pontos de vista, observando a pobreza como resultado de uma desigualdade social fruto de um sistema capitalista que criou uma máquina de fazer pobres, bem amparada pelo Estado.

Dando sequência, foi apresentado a tira da Mafalda na qual retrata a reprodução de senso comum do conceito de Pobreza, que enxerga como uma escolha pessoal de “crescimento” de vida, além de retratar várias reproduções de estereótipos e preconceitos da sociedade moralista.



Tirinha do cartunista argentino Quino, criador da Mafalda. QUINO. Toda Mafalda. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

A pobreza é um olhar estruturante é caminha nas relações econômicos, sociais e políticas. As representações imperadas pelo senso comum em analisar esse atributo apenas na esfera individual retrata uma questão reducionista do conceito e afasta qualquer relação como problema social.

Para dinamizar a discussão, utilizamos algumas frases “jargões” que são utilizadas pela população de forma preconceituosa para delimitar a pobreza a partir daquilo que aceitamos e temos como verdade absoluta. As discussões foram acirradas com a intenção de desmitificar alguns pré-conceitos que temos presentes no ambiente de trabalho, embora trabalhe-se com essas situações diariamente. Ainda durante o diálogo, foi relatado o funcionamento do Bolsa Família seu funcionamento e condicionalidades para se adquirir, já que uma das frases abordava algumas falsas considerações relacionadas ao mesmo.

Os achados da atividade foram apresentar essas questões extraídas do texto Porque sou contra o Bolsa Família: Bolsa-família: será ele um real benefício ou uma verdadeira desgraça para

uma nação que tem tudo para dar certo, como o Brasil? por Zanluca ([20--?]). Após o sorteio, os participantes tiveram que apresentar argumentos a partir da literatura científica que contestassem essas frases que fazem parte do senso comum. Nesta atividade as discussões tiveram como ponto de partida desconstruir discursos que se baseiam na responsabilidade do sujeito e da família e a sobrecarga de atividades que são demandadas pelas políticas públicas para as famílias e o quanto isso afasta o Estado enquanto agente de proteção social.

Para encerrar a discussão, foram apresentados alguns vídeos sobre a Educação Popular e a possibilidade de uma aproximação desta metodologia com a política da Assistência Social. Os vídeos apresentavam metodologias de trabalho de base, possível de se desenvolver com os usuários dos CRAS, integrantes dos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e outros projetos possíveis de serem trabalhados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

O Movimento da Educação Popular idealizado por Paulo Freire surgiu no Brasil na década de 60 com a Revolução de Angicos no Rio Grande do Norte. Depois o movimento expandiu-se para movimentos de cultura, principalmente no Norte e Nordeste do país. A proposta da educação popular, surge como contraponto a educação tradicional e torna-se elemento de luta política das classes populares.

Dessa forma, pensar a Educação popular como ferramenta de promoção aos Direitos Humanos na política de Assistência Social, é contribuir de modo integral na formação dos sujeitos, possibilitando uma educação problematizadora da realidade e construtora no processo de autonomia dos sujeitos.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A atividade desenvolvida teceu reflexões sobre como o conceito de pobreza está presente em nosso cotidiano e carece ainda de discussões entre os profissionais. O conceito se apresenta em todos os documentos normativos da política de assistência social, porém, sua discussão tem uma base superficial, reproduzindo com isso, apontamentos reducionistas e baseados na sua estratégia de intervenção focada no indivíduo.

Partindo dessa concepção, acredita-se que a formação continuada com os atores que atuam no sistema de direito, em especial, na assistência social seja uma das estratégias de (re)pensar o conceito de pobreza e como percorre esse universo, refletindo com os sujeitos a questão estrutural do conceito, não minimizando apenas ao aspecto individual e ausência de renda.

Ademais, reconhece-se a complexidade do conceito e que as discussões devem partir de cada realidade que é dinâmica e mutável, analisando os aspectos econômicos, políticos e sociais que o conceito carrega.

As atividades desenvolvidas nesta formação fazem parte de um planejamento e de um olhar dessa realidade, não podendo generalizar esse percurso diante das diversas realidades regionais do Brasil e expressões da pobreza.

## 6. REFERÊNCIAS

AFONSO, M. L.; ABADE, F. L. Para reinventar as rodas: rodas de conversa em direitos humanos. Belo Horizonte: RECIMAM, 2008.

ALMEIDA, Evaristo, (2000). *Programas de garantia de renda mínima: inserção social ou utopia?* São Paulo: EDUC/FAPESP. BARROS, Ricardo Paes de, HENRIQUES, Ricardo, MENDONÇA, Rosane, (2000). Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, nº 42, p. 123-142, fev.

ARROYO, Miguel G. **Reconhecer que a pobreza e as desigualdades existem**. Módulo III (Aperfeiçoamento em Educação, Pobreza e Desigualdade Social). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. s.d.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>.

BRASIL, **Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011 que altera o dispositivo sobre a organização da assistência social**, 2011.

COUTO, B. R; YAZBEK, M. C; RAICHELIS R. **A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos**. In: O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2010.

SPOSATI, Aldaíza, (1997). *Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania*. Brasília: SASMPAS/ FUNDAP (mimeo.).

SOUZA, Jéssé. (Org.). **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2009.

ZANLUCA, Júlio Cesar. **PORQUE SOU CONTRA O BOLSA FAMÍLIA? Bolsa-Família: será ele um real benefício ou uma verdadeira desgraça para uma nação que tem tudo para dar certo, como o Brasil?** ([20--?]). Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br/artigos/porque-sou-contra-o-bolsa-familia.htm>. Acesso em: 13 de outubro de 2019.

### Imagens

Tirinha do cartunista argentino Quino, criador da Mafalda. QUINO. Toda Mafalda. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

# O ACOMPANHAMENTO FAMILIAR E O TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS ATRAVÉS DO PAIF<sup>1</sup>



**FRANÇA, Sabrina<sup>2</sup>**

**PRATES, Angela Maria Moura Costa<sup>3</sup>**

### 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa conhecer e analisar como se dá o acompanhamento familiar através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF) desenvolvidos nos quatro Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do Município de Guarapuava – PR.

Os procedimentos metodológicos partiram de uma abordagem qualitativa cuja preocupação é com os significados que o fenômeno apresenta (MINAYO, 1994). Como técnicas de pesquisa foram utilizadas a pesquisa em referenciais bibliográficos, pesquisa documental, aplicação de questionário e entrevista. O questionário foi aplicado à 20 famílias, sendo 05 de cada CRAS, indicadas pelos profissionais responsáveis

pelo acompanhamento familiar. O familiar que respondeu ao questionário é maior de 18 anos de idade. E também foi utilizada a entrevista com os profissionais responsáveis pelo acompanhamento familiar em cada CRAS, que têm maior tempo de atuação. Serão excluídos da pesquisa os profissionais que tenham menor tempo de atuação no acompanhamento familiar. Informamos que foi elaborado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) específico para os profissionais e outro específico para as famílias.

O trabalho social com famílias desenvolvido nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) são subsidiados pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009), que padronizou estes serviços a nível nacional. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF) realizado hoje a nível nacional, diferente dos outros serviços não é assim tão novo, nem inaugurado com a tipificação. Conforme, MDS (2012c), as ações realizadas

1 O projeto que antecedeu a pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CO-MEP) da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO) e foi aprovado sob o parecer nº 2.678.562 liberado na data de 28 de maio de 2018.

2 Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO. Pós Graduada em Gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Atualmente trabalha no Centro de Referência de Assistência Social do Município de Campina do Simão - PR. Email: [sabrina\\_franca1@hotmail.com](mailto:sabrina_franca1@hotmail.com).

3 Formada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO); Especialista em Formação de Professores para a Docência no Ensino Superior também pela Unicentro; Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente é professora efetiva do Curso de Serviço Social da Unicentro. ORCID <http://orcid.org/0000-0003-0594-6463>. E-mail [pratesammc@gmail.com](mailto:pratesammc@gmail.com)

pelo PAIF tiveram suas raízes iniciadas no início dos anos 2000. Suas primeiras experiências foram em 2001 com um Projeto Piloto nomeado Programa Núcleo de Apoio à Família (NAF). Em 2003, o respectivo projeto integrou-se no Plano Nacional de Atendimento Integral a Família (PAIF). Em 2004 o plano foi aprimorado e adequado as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), tornando-se assim, a principal referência para os usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo, ação continuada da política e oferta obrigatória.

Em 2004 com a instituição da PNAS e de dois dos eixos estruturantes do SUAS (matricialidade sociofamiliar e territorialização), o PAIF passou a ser responsável pela garantia do fortalecimento da convivência familiar e comunitária, na Proteção Social Básica do SUAS. Em 2009, com a aprovação da tipificação, o PAIF torna-se serviço de proteção e atendimento integral a família. Dessa forma, o PAIF tem como um de seus objetivos “Fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida; e prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas” (BRASIL, 2009, p. 7). Este serviço integra o Trabalho Social com famílias e por meio dele deve-se acompanhar de forma continua famílias em situações de vulnerabilidade social ou que necessitem da prevenção da ruptura de vínculos e promoção do acesso a direitos.

Termos como caráter contínuo, prevenção, proteção, apontam para um caráter exclusivamente de acompanhamento familiar. Dá-se uma maior atenção ao termo “caráter contínuo” que expressa acima de tudo a permanência, a continuidade e a não interrupção que deve ser o PAIF. A partir desta perspectiva será analisado nesta seção, o desenvolvimento e impacto do acompanhamento familiar para as famílias acompanhadas nos quatro CRAS do Município de Guarapuava – PR.

## 2 – ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS ACOMPANHADAS

Entender como tem sido realizado o acompanhamento familiar no município de Guarapuava e através disso analisar o respectivo impacto, remete acima de tudo entender qual o perfil das famílias que estão sendo acompanhadas. Para isso, através de questionários respondidos por famílias que participam dos nomeados “Grupos do PAIF”, será analisado o perfil deste público, representando dessa forma a base para o trabalho social com famílias em cada Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município. Dessa forma, apresentam-se detalhadamente através de gráficos e análises as características de 20 (vinte) representantes familiares.

No entanto, vale ressaltar que o trabalho social com famílias realizado pelo PAIF é materializado através de diversas ações, dentre essas ações está a Acolhida, Oficina com famílias, Ações Comunitárias; Ações Particularizadas e Encaminhamentos. As famílias as quais fazem parte desta pesquisa participam da ação: **Oficina com famílias de caráter coletivo**. Assim, entende-se que este trabalho, não se objetiva somente nos ditos “grupos”, mas são organizados em ações de caráter individual e coletivo, como exemplificaremos em uma discussão posterior.

O Acompanhamento familiar realiza-se através de ações PAIF, seu público-alvo é distinto

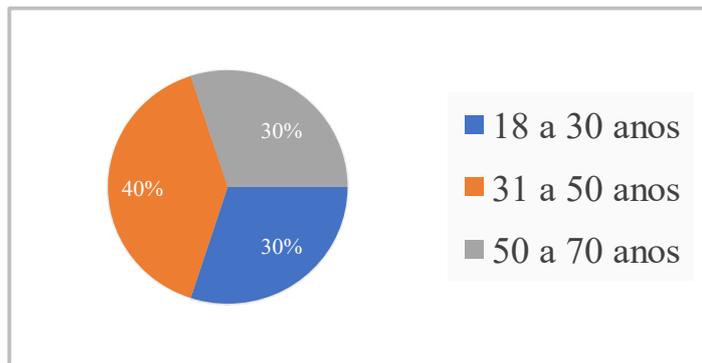
e a sua efetivação pode ser executada de várias formas. A tipificação traz uma prévia organização deste serviço, dentre essa organização está o público-alvo a ser atingido. Assim, constitui usuários do PAIF, “Famílias territorialmente referenciadas ao CRAS, em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social” (BRASIL, 2009, p. 7).

Entende-se a partir disso, que os sujeitos a serem alcançados são famílias através de toda a sua composição (homem, mulher, filhos), sem distinção de idade, muito menos de gênero, mas com situações e expressões em comum, capazes de fragilizar a sua função protetiva. No entanto, através dos questionários, evidencia-se que 100% dos representantes das famílias, que participam dos grupos do PAIF são mulheres. Essa distinção, não é imposta pelo CRAS, mas percebe-se que é algo construído historicamente, onde a figura feminina, é quem está à frente, e que toma a iniciativa em buscar diferentes caminhos para sanar as demandas que atingem sua família. Essa informação vai debater com outro dado respondido nos questionários, o que se refere a presença do homem como a pessoa que está responsável pelos subsídios financeiros da família, o qual não está tão presente nas ações do CRAS, pois na maioria das vezes, é ele quem trabalha em turnos e contra turnos, delimitando sua presença nas atividades durante o dia.

Para pensar as relações que permeiam a família e a assistência social é importante retomar a ideia de que a família sempre esteve como a principal instância de proteção social de seus membros, em que toda a sua composição obteve funções e papéis específicos ao realizar esta proteção. A família teve assim um significado essencial, especialmente através do trabalho não-pago da mulher, criando uma estrutura definida: o pai no trabalho, a mãe em casa e as crianças na escola (MIOTO, 2011). Por isso, como explica Rodrigues (2011) não é uma mera coincidência que a assistência social tenha como público principal as mulheres e que sejam elas as demandadas e as responsáveis por arcar com as responsabilidades ou suprir as necessidades sociais básicas, pois “[...] isso tem a ver com uma construção social das relações sociais de gênero, conservadoras e patriarcais, extremamente arraigadas na nossa sociedade e que se revelam de modo bastante claro na divisão sexual do trabalho” (RODRIGUES, 2011, p. 119). Assim, analisar e caracterizar as famílias acompanhadas, remete pensar os papéis que cada um de seus membros exerce e as relações de gênero construídas. Até mesmo porque a família não é somente um lugar de proteção e afeto, mas em muitos casos, um campo de desigualdades e violência.

Outra característica expressa pelos questionários foi a idade que este representante familiar possui. Das 20 mulheres, 8 tem a idade entre 31 a 50 anos, o que representa 40%. Observa-se certa resistência de jovens na participação deste processo e muito mais de homens e adolescentes. Percebe-se a baixo, que não existem porcentagens nas idades até 18 anos.

**Gráfico 1** – Da faixa etária dos representantes familiares



**FONTE:** Questionário aplicado entre os dias 25 de junho a 22 de agosto.

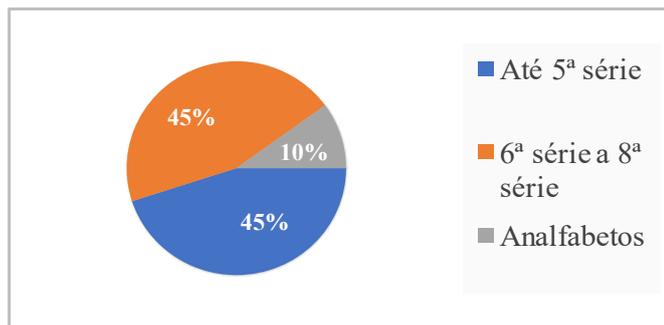
**ORGANIZAÇÃO:** As autoras.

Quando se pensa a família como um “[...] espaço muito complexo que se constrói e se reconstrói histórica e cotidianamente através das relações e negociações que estabelece entre seus membros, e com outras esferas da sociedade, como o Estado, o trabalho e mercado” (MIOTO, 2011, p. 108) é inevitável pensar como essas relações impactam no seu interior. Quando se pensa na divisão de tarefas entre homem, mulher e filho é necessário partir do pressuposto de que isso foi construído historicamente e que a família foi umas das principais instituições que precisou se adaptar e desenvolver estratégias para as designações do trabalho.

Essa capacidade de adaptação ao mercado e ao trabalho, como habilidade da família, dificulta a avaliação dos impactos que tal “habilidade” pode causar na vida e nos comportamentos dos seus membros. Muitas estratégias são desenvolvidas por questões da própria sobrevivência da família ao que é a ela imposta. As fragilidades encontradas no que se refere a escolaridade e ao trabalho são resultados dessa suposta habilidade da família a se adaptar. Causando muitas vezes a negação de direitos fundamentais, como a alfabetização e até mesmo a convivência familiar.

No que se refere ao perfil escolar destas famílias, encontramos uma realidade dada, onde dentre as 20 representantes, duas possuem a 1ª série do ensino fundamental, mas consideram-se analfabetas, pois não são aptas a ler e a escrever e as outras 18 possuem no máximo a 8ª série do ensino fundamental. Realidades como essa impactam em muitas outras situações de vulnerabilidade social, relações de dependência financeira, de poucas alternativas no que se refere ao trabalho e até em situações de violência que muitas dessas famílias sofrem no interior de suas casas. A falta ou pouca escolaridade é em muitos casos um motivo que o leva a aceitar até mesmo as precárias e mínimas políticas sociais que os CRAS têm oferecido, atrelando essa falta, ao mínimo ofertado, sendo para essas famílias a única renda, como demonstram os Gráfico 2 e 3.

## Gráfico 2 – Da escolaridade dos representantes familiares



**FONTE:** Questionário aplicado entre os dias 25 de junho a 22 de agosto.

**ORGANIZAÇÃO:** As autoras.

A desigualdade na instrução escolar é uma das características mais predominantes no território onde esses representantes familiares residem. Se comparada, a nível nacional, em alguns aspectos houve pequenos aumentos na participação das pessoas na vida escolar. No que se refere a escolaridade no Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018) afirma que em 2017, cerca de 46,1 % da população de 25 anos ou mais de idade concluíram ao menos a etapa do ensino básico obrigatório, se comparado a 2016, houve um aumento de 1,1%, porém com exceção da região sul que houve redução. Nas Grandes Regiões brasileiras, verificou-se, novamente com exceção da Região Sul, um declínio da taxa de analfabetismo para as pessoas com 60 anos ou mais entre 2016 e 2017. Considerando as pessoas de 15 anos ou mais, a taxa de analfabetismo diminuiu na Região Norte, Sudeste e Centro-Oeste, mantendo-se estável nas demais regiões, como a região sul.

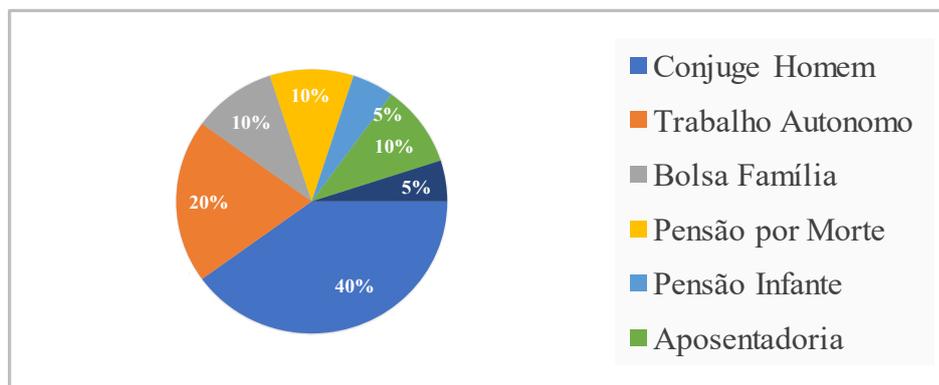
No que se refere a população considerada jovem, houve uma redução da participação das pessoas de 18 a 24 anos na escola de 2016 para 2017, cuja taxa foi 31,7%. E por fim, a taxa de escolarização entre os jovens de 15 a 17 anos, em 2017, manteve-se no mesmo percentual de 2016, 87,2%, inferior a universalização necessária a esta faixa etária, conforme a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (IBGE, 2018). Dados como esses, mostram a fragilidade do direito à educação principalmente na região sul, onde os avanços no direito à educação têm sofrido declínios, provando que a desigualdade na instrução escolar, não é uma particularidade somente do município de Guarapuava, mas sim uma fragilidade a nível regional, enquanto em outras regiões percebe-se um aumento, mesmo que não muito significativo.

Segundo a Constituição Federal de 1988, a educação é um direito fundamental e a sua negação resulta nas fragilidades das próprias relações de trabalho, que cada vez mais requer pessoas capacitadas ao mercado (BRASIL, 1988). Quando essa capacitação não existe, pessoas são diariamente submetidas ao trabalho informal e as precariedades dele resultantes. Isso só torna contraditório porque, como nos mostra os dados do IBGE, jovens de 18 a 24 anos estão se desligando das escolas para entrar no mercado informal de trabalho como uma alternativa de sobrevivência.

No que se refere à renda familiar, analisamos de onde vem e/ou quem subsidia a maior renda mensal das famílias e para 40% que representa 08 famílias, a maior renda vem do cônjuge homem, o

qual trabalha na maioria dos casos com renda mensal igual ao salário mínimo, conforme demonstra o Gráfico 3 abaixo.

**Gráfico 3 – Da renda familiar**



**FONTE:** Questionário aplicado entre os dias 25 de junho a 22 de agosto.

**ORGANIZAÇÃO:** As autoras.

As relações de trabalho desde muito tempo é uma das situações que mais impactam a família na sua organização. Quando a proteção do trabalho falha, as fragilidades se tornam inúmeras. Com as transformações e reestruturações na economia a partir de 1990, as relações de trabalho tornaram-se cada vez mais frágeis, com reduções nos postos de trabalho e desempregos e assim, a inserção como trabalhadores autônomos se tornou cada vez mais incentivada pela terceirização das próprias empresas (MONTALI, 2004).

Toda essa transformação resultou em prejuízos, como a precarização dos vínculos e a perda da proteção oferecida pelos direitos trabalhistas. Os efeitos desse processo de reestruturação produtiva vem se manifestando no interior das famílias. O desemprego e as poucas possibilidades de inserção ao mercado de trabalho, faz com que famílias construam estratégias para a readaptação. No entanto, esse processo também é impactado pelas diferenciações internas da família com base nos papéis familiares e nas relações de gênero que definem e manipulam as escolhas individuais e as oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho (MONTALI, 2004). Dessa forma, “[...] não ocorre substituição pura e simples de um componente da família por outro nas atribuições de manutenção do grupo doméstico, porque as possibilidades de inserção, qualificação e remuneração são distintas” (MONTALI, 2004, p.7).

Tanto as relações de gênero existentes internamente nas famílias, como relações hierárquicas de papéis sociais e possibilidades, envolvem a relação da família com o trabalho. Quando se evidencia a divisão de papéis entre o homem, a mulher e o filho, evidencia-se também a possibilidade maior ou menor que cada um desses componentes vai ter no que se refere a inserção no mercado de trabalho. Os questionários ao revelarem que 40% da renda familiar vem do conjuge homem demonstram essa divisão. E que na maioria dos casos, a papel da mulher está na relação da casa e do atendimento aos filhos, apontando que essas divisões é uma das circunstâncias interferem nas relações com o trabalho.

Ainda nessa perspectiva, observa-se que, diferente do que muitos pensam, situações de vulnerabilidade social não estão somente atrelados à pobreza e à falta de renda. A violência intrafamiliar também é uma das expressões. Quando encontramos dados como este onde 40% da maior renda familiar vem do cônjuge homem, que na maioria dos casos trabalha sem as mínimas garantias, existe grande tendência de existir dependências financeiras da mulher para com seu cônjuge e de violências decorrentes deste fator. Isso resulta no controle e na repressão que muitas mulheres acabam por se submeter, pelo fato de depender financeiramente e por motivos como falta de escolaridade, filhos e entre outros, permanecer nestas situações. No entanto, encontramos também famílias que sua maior renda mensal vem de benefícios, programas e garantias de políticas sociais, como o Programa Bolsa Família (PBF), pensões e aposentadorias, sendo que a porcentagem deste grupo equivale a 35% do total.

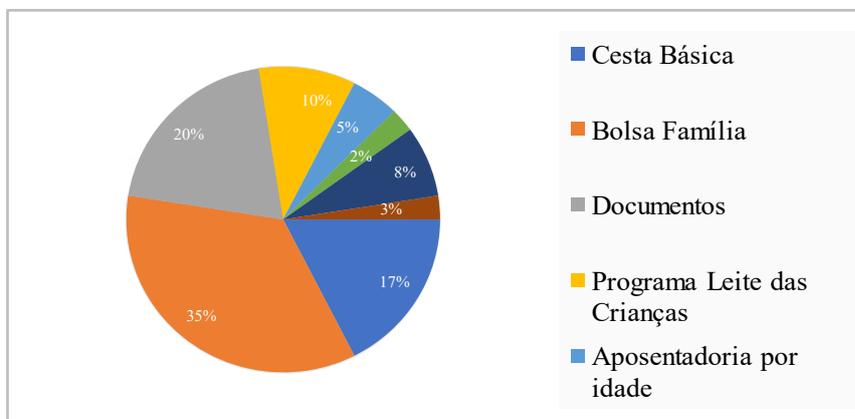
A relação entre famílias e programas sociais de renda, sempre foi um campo de debates e até mesmo de críticas. Essa relação, pode partir de distintas análises, nenhum se exclui a outra, mas tem uma relação histórica. A primeira se refere a dependência que amarra essas famílias aos mínimos ofertados pela política de assistência social e previdência, a qual permanece por anos atrelados a benefícios cada vez mais baixos e precários, se tornando em muitos casos a única renda da família. E a segunda, a importância dos programas sociais de renda, justamente pela histórica má distribuição de renda no Brasil e a negação de direitos fundamentais como esses que legitimam essa dependência.

Se partir da primeira relação da família com esses programas, certa dependência pode gerar no interior da família fragilidades, tornando-se um problema para as próprias famílias, pois situações como essas se distanciam de um dos grandes objetivos das políticas sociais – o empoderamento familiar. Dessa forma, coloca-se em questionamento, sobre como empoderar uma família, que sobrevive do mínimo social? Um mínimo que é ainda inferior as necessidades fundamentais (PEREIRA, 2008b). Os objetivos do PAIF como fortalecer vínculos acabam por serem deixados de lado no momento em que famílias se atrelam ao CRAS por sobrevivência, por ser ao CRAS atrelado à sua fonte de renda. No entanto, essa dependência é resultado justamente do segundo ponto de análise - a má distribuição de renda - que faz com que milhares de pessoas beneficiárias desses programas tenham somente esses benefícios como renda familiar.

A adesão de famílias a programas sociais de renda não é uma opção. É uma realidade de famílias que sobrevivem simplesmente dos mínimos sociais ofertados pelo Estado. Um mínimo que a Constituição Federal prevê, como se fosse o necessário para uma família alcançar todos os direitos sociais e as necessidades humanas básicas que ela também prevê. Porém, aqui também há uma contradição. Pereira (2008b) ao criticar essa definição de mínimos sociais, como um parâmetro para explicar e/ou justificar a existência de direitos sociais, apresenta a importância de entender a diferença entre aquilo que se considera necessidades fundamentais e mínimos sociais. Considera-se fundamental, como aqui que seria necessário para suprir as necessidades humanas básicas. E mínimo social, uma porção menor daquilo que seria necessário para responder as necessidades humanas básicas. Dessa forma, o Estado ao prever respostas ao mínimo social, espera-se dele, menos do que isso. Justamente pela falta de entendimento, sobre aquilo que é necessário e digno. Precisaria prever necessidades humanas básicas e fundamentais, para que fosse entregue à sociedade pelo menos um mínimo social.

O acesso a benefícios, programas e projetos, além de ser um direito social, objetivam o fortalecimento das potencialidades de cada família. No município de Guarapuava, dos 20 representantes, todos acessam pelo menos um desses benefícios, alguns acessam mais de um, como demonstra o Gráfico 4.

**Gráfico 4 – Acesso a Direitos Sociais**



**FONTE:** Questionário aplicado entre os dias 25 de junho a 22 de agosto.

**ORGANIZAÇÃO:** As autoras.

A realidade dessas famílias não foge à realidade de muitas outras, que também dependem das possibilidades ofertadas pelo modo de produção capitalista para desenvolver a sua proteção. O Estado ao se relacionar com essas duas demandas opostas, do capital e do trabalho, precisa entender as demandas que surgem nesta relação. Estas demandas são de responsabilidade do Estado. Sua intervenção é de essencial importância, como um Estado forte e presente para a classe trabalhadora, capaz de prover fundamentos básicos para o bem-estar de uma família. A possibilidade de acesso a direitos sociais e de renda e a legitimação cada vez maior desses direitos são demandas a serem concretizadas pelo Estado, as quais são capazes de dar mais dignidade a indivíduos que participam diariamente do processo de acumulação capitalista que o movimentam.

A concepção de família como uma fonte de proteção por excelência, não pode anular o papel do Estado na parcela desta proteção. As supostas habilidades e competências que o Estado diz que a família possui tem seus limites. E até mesmo, para que uma família possa desenvolvê-las é preciso de um mínimo de possibilidades. Assim, o acesso a direitos efetivos, faz parte do papel do Estado junto as famílias.

Dessa forma, considerando os diversos apontamentos que esta pesquisa demonstrou conseguimos ter uma noção do perfil das famílias acompanhadas pelos 4 (quatro) CRAS do Município. Pontos contraditórios como a grande porcentagem de pessoas com a renda familiar atrelada a benefícios, a má escolaridade, a participação somente de mulheres nas ações do PAIF, demonstram especificidades deste determinado território e são capazes de serem analisados na sua totalidade, como realizadas concretas de uma realidade que interferem, seja positivamente ou negativamente no processo de acompanhamento familiar. A partir disso, entendendo quais são as famílias acompanhadas, discute-se a seguir o processo de acompanhamento familiar a partir das entrevistas realizadas com os 4 profissionais.

### 3 – O PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO FAMILIAR

O processo de acompanhamento familiar gira em torno do trabalho social com famílias, que ao ser considerado como procedimento qualificado e ato sistemático, metodológico e reflexivo nega a sua compreensão a partir do senso comum (MDS, 2012c), pois se insere num trabalho com embasamentos científicos e com finalidades a serem alcançadas. Esse saber científico do profissional que direciona o trabalho social com famílias, deve se apoiar em: uma consciência crítica da realidade vivida; do conhecimento do território, seus recursos e potencialidades; da adoção de modalidades e procedimentos metodológicos; do estudo e a análise de conceitos como família, território...; do planejamento, entre outros (MDS, 2012c). Os posicionamentos que englobam essas características somam na efetivação desta ação.

Em vista disso, a concepção de trabalho social com famílias no PAIF se insere num patamar de procedimento qualificado ao entendê-lo como:

Conjunto de procedimentos efetuados a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo, com a finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas, unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade – que se constitui em um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, com o objetivo de proteger seus direitos, apoiá-las no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário, a partir do **reconhecimento do papel do Estado na proteção às famílias e aos seus membros mais vulneráveis** (MDS, 2012c, p. 12 Grifo nosso).

Tal objetivo materializa-se a partir do desenvolvimento de ações de caráter “preventivo, protetivo e proativo”, reconhecendo as famílias e seus membros como **sujeitos de direitos** e tendo por foco as potencialidades e vulnerabilidades presentes no seu território de vivência (MDS, 2012c, p. 12 Grifo nosso). Ao compreender este processo como um conjunto de procedimentos embasados por pressupostos éticos, metodológicos e operativos que materializam o reconhecimento das famílias como sujeitos de direitos, torna-se possível direcionar o acompanhamento familiar como instrumento do trabalho social com famílias.

Nessa perspectiva, trazendo o que o MDS prevê como trabalho social com famílias, realizamos uma comparação com as entrevistas realizadas com os profissionais sobre o desenvolvimento do acompanhamento familiar no seu respectivo equipamento. Esses profissionais serão chamados pelas seguintes nomenclaturas: Profissional A, B, C e D. Ressalta-se que por uma questão de sigilo profissional, as respectivas letras não são congruentes aos números dos CRAS do Município.

Dessa forma, ao perguntar como é desenvolvido o acompanhamento familiar, obteve-se as seguintes respostas:

Considerando a extensão do território, a demanda de trabalho que é bastante grande, nem sempre a gente consegue sentar e fazer aquele plano de ação específico e mais aprofundado com todas as famílias em situação de vulnerabilidade, ou que tenha a necessidade de um **acompanhamento interdisciplinar**. Mas na maioria das vezes a gente consegue com aqueles casos que são bem complexos, e assim, a gente tem um modelo de acompanhamento que é um pouco mais ampliado do que uma ficha de atendimento por exemplo, ele é um pouco mais

aprofundado, as **questões** são mais **investigativas**, com mais dados também, e também um compartilhamento de ideias entre a equipe [...] (Profissional A, Grifo nosso).

Nós fazemos as **visitas**, as famílias também nos trazem alguma dificuldade durante os **grupos** e a gente agenda a visita com essas famílias para fazer os **encaminhamentos** (algum benefício que a família esteja necessitando). Algumas **visitas são pré-agendadas para acompanhamento**, porque necessitam mais de o técnico estar mais presente para fazer esses acompanhamentos. [...] Tem casos também que a gente pede pra família vir até o CRAS pra gente formalizar os encaminhamentos (Profissional B, Grifo nosso).

Nós nos dividimos por seguimento dentro do CRAS. [...] Ou seja, cada profissional é responsável por um grupo e por um acompanhamento. Então eu faço o acompanhamento domiciliar e familiar do PAIF. A outra assistente social vai começar acompanhar o grupo do PAIF e no momento atende no domicílio, idosos e pessoas com deficiência que é outro seguimento da Tipificação Nacional. A Psicóloga atende Serviço de Convivência criança e adolescente com o auxílio dos estagiários e estamos aguardando a chegada da pedagoga que vai desenvolver o acompanhamento grupal dos serviços. Então **hoje eu faço acompanhamento das famílias referenciadas pelo PAIF**. [...] Como falei para você, nem todas as famílias que recebem o acompanhamento familiar através do PAIF, (sendo o PAIF o carro-chefe do CRAS), nem todas às famílias têm condições de frequentar o **grupo**, por isso que nós fazemos o acompanhamento familiar, que é um acompanhamento feito direcionado com a própria família, um planejamento feito com a família e que nós desenvolvemos no decorrer do ano o acompanhamento direto com essa família. **Essas famílias são acompanhadas todo mês, toda semana? Não!**. Nós temos, um **critério de atendimento semanal quinzenal e mensal**. Baseado na situação de vulnerabilidade dessa família, então as famílias que eu tenho que visitar e acompanhar de forma semanal são as famílias que ingressaram no PAIF há pouco tempo e que precisam de um acompanhamento direto, aquela referência que é inicial, a elaboração do plano familiar de acompanhamento, e em seguida nós iniciamos os atendimentos. **Visitas domiciliares, encaminhamentos, orientações - semanal**. Quando nós observamos que a família já passou por um processo, aonde ela conseguiu acessar o direito, acessar todo esse serviço da rede de atendimento socioassistencial, o **acompanhamento passa a ser quinzenal** (Profissional C, Grifo nosso).

A gente procura fazer o **acompanhamento sistemático** como está previsto nas normativas. Ela precisa ser sistematizada. Então, assim, dentro das nossas possibilidades a gente tenta construir um acompanhamento como tá previsto. A questão do acompanhamento é um pouco diferenciada, **existe sim famílias que não estão incluídas no âmbito do PAIF e que a gente precisa fazer mais de uma visita periodicamente. Mas normalmente quando isso acontece a gente já acostuma incluir no âmbito do acompanhamento do PAIF**. Sistematizado. Porque? Porque é uma família que requer outro tipo, um acompanhamento mais perto mais preciso, mais sistematizado. O que é o acompanhamento sistematizado, **é dar periodicidade pra ele, eleger critério**. Qual que é o critério de periodicidade que essa família requer que nos acompanhem. É quinzenal? É semanal? É mensal? Então a gente vai **avaliar** e vai ver quais são as demandas que essa família está trazendo, por quanto tempo que a gente vai precisar estar acompanhando essa familiar pra que sejam superadas de certa forma essas situações de vulnerabilidade que elas estão passando. Porque o próprio instrumental do relatório do PAIF, é um instrumental que pode ser oscilado, ele é oscilante. Então tanto na questão de inclusão de família quanto na questão de exclusão. Quando a gente estabelece o acompanhamento, é muito imprevisível porque pode ser que essa família venha exigir um período maior de acompanhamento, como pode ser que um período menor do que a gente estabeleceu ela possa vir a ser desligada (Profissional D, Grifo nosso).

O trabalho social com família é previsto pelo MDS (2012c) com uma organização sistemática das ações. Ao analisar as respostas dadas pelos entrevistados, encontrou-se uma relação feita por esses com as ações previstas pelo MDS. Dessa forma, torna-se necessário exemplificar quais são essas ações, e como são previstas. Assim, segundo o MDS (2012c) são cinco (5) as **ações que compõe o Trabalho Social com famílias**, essas são subdivididas em ações de **caráter individual e ações de caráter coletivo**, como demonstra o quadro a seguir.

### Quadro 1 – Ações que compõe o trabalho social com famílias

Ações do PAIF	
Individuais	Coletivas
Acolhida	
Ações Particularizadas	Oficinas com Famílias
Encaminhamentos	Ações Comunitárias

FONTE: MDS (2012c, p.14).

Diante disso, observa-se que nos grifos realizados na descrição das quatro entrevistas, encontram-se essas ações sendo citadas como forma de realizar o acompanhamento no equipamento, adaptando-as às suas respectivas realidades, mas apontando o conhecimento do profissional a respeito das ações que compõe esse serviço. Associar essas ações ao acompanhamento das famílias como forma de efetivar os objetivos do serviço é imprescindível, pois estas são previstas justamente com esse objetivo, como exemplifica as orientações do MDS (2012c, p. 14), “[...] é imprescindível que no processo de planejamento, execução, monitoramento e avaliação dessas ações, os objetivos do serviço sejam a ele associados, de modo a qualifica-lo e, principalmente, garantir seu efetivo cumprimento”.

Dessa forma, pode-se perceber que os profissionais do município têm, de acordo com suas realidades, vinculado o acompanhamento das famílias referenciadas no PAIF às ações previstas, seja nas ações individuais, seja nas ações coletivas. Os próprios questionários e entrevistas realizados para a pesquisa foram feitos com usuários e profissionais que de forma direta que participam e tem um vínculo com as oficinas com famílias - ação prevista que tem como objetivo “[...] a discussão e a reflexão sobre situações vivenciadas e interesses comuns, que dizem respeito a reprodução social da família, ao fortalecimento de sua função protetiva, ao acesso a direitos e as vulnerabilidades do território, que impactam no convívio familiar e comunitário” (MDS, 2012c, p. 24).

A partir disso, no decorrer das entrevistas realizou-se a seguinte pergunta: “**Quantas famílias participam do Grupo PAIF e quantas estão referenciadas no PAIF?**”, e obteve-se os dados a seguir, como demonstra o Quadro 2:

### Quadro 2 – Famílias referenciadas no PAIF e famílias que participam do grupo

CRAS	Famílias referenciadas no PAIF	Famílias no grupo
CRAS I	350 a 380	35
CRAS II	226	20
CRAS III	45	20 a 22
CRAS IV	200 a 300	25 a 30
<b>Total</b>	<b>821 a 951</b>	<b>100 a 107</b>

FONTE: Entrevista realizada entre os dias 25 de junho a 22 de agosto.

ORGANIZAÇÃO: As autoras.

Partindo da percepção de que **as famílias referenciadas no PAIF** devem, segundo as prerrogativas, serem inseridas em dois processos distintos: **Atendimento e Acompanhamento**,

a análise aqui realizada, partirá do pressuposto de que essas famílias do Quadro 2 estão inclusas em pelo menos um desses processos. Assim, a respectiva prerrogativa prevê a existência distinta entre Atendimento e Acompanhamento, ambas compõem o trabalho social com famílias, mas a sua realização tem objetivos específicos que podem ser complementares entre si.

O atendimento se refere a uma atenção voltada prioritariamente a uma questão específica e mais imediata, apresentada pela família, que pode ser resolvida em alguns encaminhamentos específicos. Significa ofertar à família e seus membros, aquilo que o PAIF tem a oferecer, com o objetivo de proporcionar a família a atenção integral (MDS, 2012c). Quando um atendimento é realizado, o profissional deve, a partir de uma escuta qualificada e uma análise sempre investigativa, perceber a necessidade ou não de um acompanhamento da família. Essa necessidade pode se apresentar a partir da identificação de situações de vulnerabilidade social, que pode estar fragilizando a função protetiva da família ou colocando-a em risco. Por isso,

O acompanhamento no âmbito do PAIF é destinado às **famílias que apresentam situações de vulnerabilidades, que requerem a proteção da assistência social para garantia de seus direitos socioassistenciais**, acesso aos direitos sociais e ampliação de sua capacidade protetiva, demandando, para isso, **uma atenção diferenciada, um olhar mais atento dos profissionais do CRAS**, na medida em que essas situações vivenciadas, caso não sofram imediata intervenção profissional, podem tornar-se risco social e/ violação de direitos (MDS, 2012c, p. 55 Grifo nosso).

Um acompanhamento familiar considerado efetivo precisa cumprir, acima de tudo, essa proteção integral à família, seja na garantia de seus direitos sociais e/ou na ampliação da sua capacidade protetiva, a qual requer intervenções continuadas com objetivos estabelecidos. Acompanhar significa fazer companhia, seguir na mesma direção, o que presume que as ações desenvolvidas não sejam fragmentadas, mas que exista o estabelecimento de compromissos entre a família e o profissional, construindo um processo contínuo. Este processo pode ser construído através de um Plano de Acompanhamento familiar, com objetivos a serem cumpridos, com a inserção da família em ações do PAIF, com visitas e mediações periódicas, entre outros.

Todo esse processo precisa estar em sintonia com a realidade da família e de seu território. Nessa perspectiva, no que se refere a metas a serem alcançadas com as famílias, um dos profissionais entrevistados, relatou:

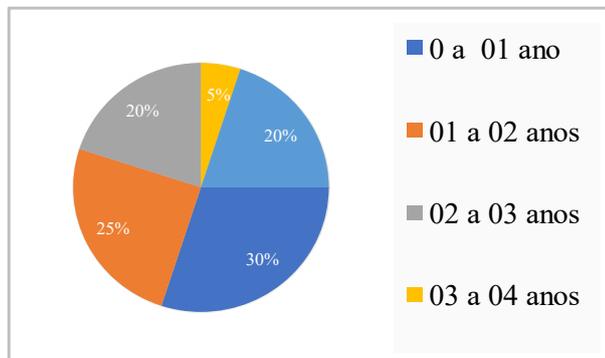
[...] o planejamento do acompanhamento familiar que o MDS tem hoje estabelece metas, metas e avanço. Eu não gosto de trabalhar metas e avanços com família. Por que como é que uma família vulnerável vai ter metas e avanço, se ela tá vulnerável. Então eu jamais cito metas e avanços, nós construímos juntos, **trabalhamos dia por dia** (Profissional C, Grifo nosso).

Vale a pena considerar as relações que também permeiam a família, suas especificidades, seus posicionamentos, para que todo esse processo não passe a culpabilizar a família pelas metas não alcançadas e/ou pelos objetivos não cumpridos. No entanto, não se pode cair em outro equívoco, o do não desligamento dessas famílias, momento também previsto, e que faz parte do processo. Considerando as grandes demandas diárias dos profissionais que tem a competência de realizar o acompanhamento familiar, não existe possibilidades de acompanhar por exemplo as 350 famílias do

CRAS I (que no momento da entrevista não possuía nem a equipe mínima), sem o desligamento de algumas famílias já acompanhadas.

A única ação que tem criado um vínculo mais forte entre o CRAS e as famílias, são os grupos, estes como demonstra o gráfico abaixo, tem obtido um tempo maior de permanência da família.

**Gráfico 5** – Tempo de permanência no grupo



**FONTE:** Questionário aplicado entre os dias 25 de junho a 22 de agosto.

**ORGANIZAÇÃO:** As autoras.

Assim, compreender o acompanhamento familiar como uma estrutura que tem começo, meio e fim e que tem objetivos a serem cumpridos e um público alvo a ser atingido é de essencial importância para que esta ação cumpra seu objetivo, além de considerar a importância deste processo para a família que se encontra em alguma situação de vulnerabilidade social. O seu impacto pode ser positivo, potencializando a família e garantindo seus direitos sociais, ou pode ser negativo, quando não existe um acompanhamento da família, ou quando isso não acontece de forma efetiva, negando-se esse direito, ou tornando-o uma tarefa árdua. No entanto, justamente por esse processo ser complexo e depender de outras ações, ele demanda que a política de assistência funcione como previsto, que os benefícios estejam à disposição dos profissionais e até mesmo que tenha profissionais para a realização do acompanhamento.

#### 4. AS DIFICULDADES PARA O ACOMPANHAMENTO FAMILIAR

Esta seção objetiva analisar as dificuldades apontadas pelos profissionais na realização do acompanhamento familiar no município, a partir dos apontamentos dos 4 profissionais dos equipamentos CRAS. Abaixo segue o quadro 3 com os principais apontamentos.

**Quadro 3** – Dificuldades apontadas pelos profissionais na realização do acompanhamento familiar

<b>Equipamento</b>	<b>Dificuldades Apontadas</b>
<b>CRAS A</b>	Falta da equipe mínima; Mais profissionais especificamente voltados para o acompanhamento familiar; Falta de adesão de algumas famílias; Falta de mais políticas públicas que possam atender as demandas da família. Algumas demandas mais urgentes que precisariam de respostas mais rápidas e que algumas vezes não acontece.
<b>CRAS B</b>	Fragilidade nas relações de trabalho; Obrigação de cumprir demandas que não são estritamente de competência do CRAS (Judiciário, Ministério Público, Saúde); Demanda intensa do território; Desenvolver um trabalho preventivo (quando as demandas já chegam aqui extrapoladas – famílias em risco, não vulneráveis); A precarização nos direitos sociais, nas políticas públicas de assistência social.
<b>CRAS C</b>	Não desenvolver um trabalho interdisciplinar; Obrigação de cumprir demandas que não são estritamente de competência CRAS (Judiciário, Ministério Público, Saúde); Leitura equivocada das competências e atribuições do CRAS – “Tudo o que não é de outra política acaba caindo aqui”; Demanda do trabalho é bastante extensa.
<b>CRAS D</b>	Rotatividade de profissionais; Precarização das políticas públicas.

**FONTE:** Entrevista realizada entre os dias 25 de junho a 22 de agosto.

**ORGANIZAÇÃO:** As autoras.

Desenvolver um trabalho de acompanhamento com famílias vulneráveis (geralmente) não é uma tarefa fácil se considerarmos as fragilidades tanto estruturais quanto pessoais encontradas no dia a dia tanto do profissional como das próprias famílias. Existem requisitos essenciais, que têm a função de mover esta ação, sua falta é determinante para que esse processo não seja efetivo. Um desses requisitos é a necessária existência de equipes mínimas. A NOB-RH-SUAS traz no seu conteúdo a obrigação de se constituir equipes mínimas para todas as ações realizadas no SUAS. O acompanhamento familiar ao se inserir nas ações do CRAS, também será impactado se este não obtiver minimamente profissionais para aqueles.

Considera-se equipe mínima para as ações, um patamar de atendimento onde não sobram “tempo” restantes para atividades além das estritamente previstas. Porém, observa-se que pelo menos 1 (um) dos CRAS não possui em seu quadro de funcionários nem a equipe mínima, o que pode ser levado a questionamentos e em consideração, já que se o acompanhamento familiar necessita de profissionais que o realizem, os quais não deveriam deixar de outras atividades (de suas competências) para preencher outra que também faz parte de ações previstas de forma obrigatória. Esta fragilidade

estrutural leva então a profissionais a optar por tomar um desses 3 posicionamentos: 1) Escolher somente uma ou duas famílias para realizar um acompanhamento familiar sistemático, dentre inúmeras que demandam; 2) realizar o acompanhamento familiar com o “menor tempo possível” ao mesmo tempo que realizam outras atividades (caindo na possibilidade de realizar somente visitas domiciliares esporadicamente, sem planejamento); 3) não realizar o acompanhamento familiar, responder somente demandas imediatas e emergenciais.

Ao levar em consideração as numerosas demandas que os profissionais são impelidos a dar respostas diariamente, encontra-se outra característica que potencializa as fragilidades nas condições de trabalho e de realização do acompanhamento familiar – a demanda intensa do território. A falta de equipe mínima junto a grandes demandas e rotatividade dos profissionais impacta de forma direta ações que demandam de tempo, equipe, planejamento e continuidade, como é o acompanhamento familiar.

E por fim, como uma fragilidade tanto estrutural quanto pessoal de alguns profissionais, aponta-se o não desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar. Os profissionais destacam a dificuldade e ao mesmo tempo a necessidade de que o acompanhamento das famílias atendidas pelos PAIF, sejam feitos com o olhar de outras áreas, seja de psicologia ou pedagogia. Destacam que as contribuições destas áreas podem potencializar a efetividade do acompanhamento familiar.

A assistência social percorreu um longo caminho de construções e afirmações que a legitimaram e a tornaram o que ela é hoje. Neste percurso, houveram diversas legislações que construíram suas competências, atribuições, objetivos e diretrizes que tinham como objetivo contar o que é a assistência social e suas relações com as demandas da sociedade. Porém, mesmo com essas afirmações, há ainda inúmeras dificuldades no entendimento das atribuições da política e suas ações, dificuldades que expressam tanto a **leitura equivocada das demandas que compete ao CRAS** responder, quanto as diversas demandas que órgãos como o Judiciário, o Ministério Público e até mesmo a política de Saúde encaminham ao CRAS diariamente.

Os profissionais ao se colocarem “a disposição” destes órgãos, seja para dar respostas, ou orientar usuários, desviam de suas atribuições e aglomeram ainda mais demandas para seu cotidiano que muitas vezes já está nos seus limites. Dessa forma, como relata profissionais nas entrevistas, estes acabam deixando do acompanhamento familiar e outras ações, para responder a tantos prazos que estes órgãos impõem. Vale ressaltar também, que muitos desses órgãos usufruem das atribuições do profissional do CRAS para que no seu organismo não precise realizar contratações de novos funcionários.

Para além das dificuldades locais entre instituições e dentro da categoria, encontram-se grandes empecilhos nas políticas públicas a nível nacional. A atual conjuntura não tem sido muito propícia a ampliação de políticas e direitos sociais, tem se observado as proporções do impacto dos desmontes dos direitos sociais e suas consequências. Na política de assistência social isso não é muito diferente. Faltam políticas públicas nos CRAS que deem conta de dar respostas imediatas as famílias acompanhadas. Existem demandas mais urgentes que precisam de respostas concretas e que muitas vezes profissionais se veem de mãos atadas.

E assim, decorrente das políticas econômicas e sociais e das dificuldades estruturais de se pensar as expressões da questão social e seus rebatimentos na população, observa-se a dificuldade de desenvolver um trabalho preventivo nos CRAS, quando muitas das famílias chegam até ele, com vínculos quase rompidos, em situações de risco social – mas não somente vulneráveis.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acompanhamento familiar enquanto ação do PAIF e serviço da política de assistência social, inserida nas mais diversas relações da sociedade e propriamente do Estado é um processo que demanda tempo, planejamento, mas principalmente continuidade e investigação. Sua realização depende de fatores específicos, tanto no que se refere a efetivação do acompanhamento familiar, quando dos determinantes sociais os quais influenciam direta e indiretamente na sua realização. Esta ação ao ser inserida nas contradições existentes da relação entre Estado Proteção Social e Família é impactada de forma direta pelo posicionamento deste primeiro, o qual possui obrigações positivas para com as políticas sociais. No entanto, nem sempre esses posicionamentos do Estado serão completamente positivos à proteção social, pois este tem sido capaz de comportar demandas antagônicas (trabalhadores/burguesia) que interfere e caracteriza relações de contradição (por isso da existência de diferentes Estados, por diferencia-los por sua capacidade ou não de trazer para si essas demandas).

Muitos são os impasses e dificuldades encontrados pelos profissionais na execução do acompanhamento familiar, tanto dificuldades do próprio profissional no que se refere a relações interdisciplinares, quanto nos empecilhos estruturais da própria PNAS. A falta de percepção do Estado em compreender as ações desenvolvidas e os impactos que os usuários da política sofrem, resultam nos mínimos que as equipes técnicas dos CRAS tem possibilitado oferecer aos usuários. O acompanhamento familiar tem sofrido esses impactos de forma direta, os profissionais têm tido dificuldades diárias na sua realização, pois faltam em alguns CRAS, questões mínimas para a efetivação de um acompanhamento familiar. Não existe a possibilidade de realizar um acompanhamento familiar se não houver equipes mínimas no CRAS por exemplo. Esta ação não é possível também, se não houver planejamento e muito menos, se não houver continuidade nas ações. O acompanhamento familiar é feito de continuidade, precisa ser sistemático.

Diante disso tudo, e não menos importante, vale ressaltar o quanto tal situação tem prejudicado a saúde mental desses trabalhadores. As entrevistas deixam claras, que essa realidade de embates entre o profissional e as precárias condições estruturais, que ultrapassam o agir profissional, tem levado muitos profissionais a ficar doente quando se vê na impossibilidade de responder tais demandas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. 1988;

\_\_\_\_\_. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução nº 109, de 11 de novembro, 2009;

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Educação 2017**; Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101576>

MDS. Orientações Técnicas sobre o PAIF. **Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF**. V.2 Brasília, 2012;

MINAYO. Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Rio de Janeiro, ed. Vozes, 1994;

MIOTO. C. T. Refina. **Família, Gênero e Assistência Social**. In. Seminário Nacional: O trabalho do/a Assistente Social no SUAS. Conselho Federal de Serviço Social – Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. Brasília: CFESS, 2011;

MONTALI. Lilia. **Rearranjos Familiares de Inserção, Precarização do Trabalho e Empoderamento**. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú/MG, 2004;

PEREIRA. Potyara. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 5ª ed – São Paulo: Cortez, 2008;

RODRIGUES, T. Marlene. **Família, Gênero e Assistência Social**. In. O trabalho do/a Assistente Social no SUAS: seminário nacional/ Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. – Brasília: CFESS, 2011.

## CAPÍTULO 3

# ESTUDO DE CASO: O TRABALHO COM A FAMÍLIA NO PROCESSO DE REINserÇÃO SOCIAL DE UM EGRESSO DO SISTEMA PENAL



**MUSIAL, Denis Cezar<sup>1</sup>**

**KULITCH, Jair<sup>9</sup>**

**SOUZA, Abraão Mayer G. F. de<sup>2</sup>**

**FERREIRA, Jéssica<sup>10</sup>**

**BIANCO, Aline<sup>3</sup>**

**FONSECA, Marylia Gabriela O. da<sup>11</sup>**

**COSTA, Cesar Renato Ferreira da<sup>4</sup>**

**VELOZO, Paola P. dos Anjos<sup>12</sup>**

**KUSPIOSZ, Débora<sup>5</sup>**

**PASSOS, Regiane G. dos<sup>13</sup>**

**RODRIGUES, Eduarda Maria<sup>6</sup>**

**QUADROS, Sheila Fabiana de<sup>14</sup>**

**PRINCIVAL, Francieli Maria Martins<sup>7</sup>**

**ZAMBENEDETTI, Gustavo<sup>8</sup>**

**GONÇALVES, Victa Ogg Jonson<sup>15</sup>**

1 Graduação em Serviço Social, especialista em Trabalho Social com Famílias e mestrado em Desenvolvimento Comunitário pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Atualmente, é assistente social e trabalha na Gestão do Trabalho do SUAS e Professor Colaborador da UNICENTRO. Brasil. ORCID: 0000-0001-8096-5686. E-mail: [dinao58@hotmail.com](mailto:dinao58@hotmail.com).

2 Estudante de Direito.

3 Cadastradora do CRAS Vila São João de Irati-PR

4 Administração (Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado). Professor Efetivo Adjunto B da Unicentro, Campus Irati. Atividades acadêmicas: Ensino - Teorias das Organizações; Pesquisa: Estudo das Comunidades Tradicionais (Unicentro e CNPq); Extensão: Coordenador do Programa de Responsabilidade Social do DEADM/I, Projeto Ética e Cidadania, Orientador de Administração do Programa Patronato.

5 Advogada, formada em Direito pelo Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (CESCAGE).

6 Graduanda de Direito do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (CESCAGE)

7 Graduação em Serviço Social e Assistente Social do CRAS Vila São João.

8 Psicólogo (UFSM), Mestre e Doutor em Psicologia Social e Institucional (UFRGS). Professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pos-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da Unicentro. Coordenador geral e orientador da área da Psicologia no Patronato.

9 Advogado e Orientador de Direito do PATRONATO.

10 Graduanda em Psicologia na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

11 Graduanda em Pedagogia na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

12 Formação em Psicologia e Psicóloga do PATRONATO.

13 Graduanda em Serviço Social pelo Centro de Ensino Superior de Maringá (UNICESUMAR).

14 Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG, professora do Departamento de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-Oeste/UNICENTRO-Campus de Irati. e-mail: [sheilafquadros@gmail.com](mailto:sheilafquadros@gmail.com). Fone (042) 99982-5909

15 Formação em Pedagogia e Pedagoga do PATRONATO.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo discutir como ocorre a abordagem familiar no trabalho do Patronato da Comarca de Irati. Para tanto, propomos fazer uma discussão de caso, com vistas a evidenciar uma das possibilidades de realização da abordagem familiar.

O Patronato é um órgão de execução penal previsto no artigo 61, inciso VI da Lei de Execução Penal (LEP). O Patronato Municipal de Irati foi implantado em 2013, mediante termo de cooperação entre a Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e a Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP). Em 2014 passou a ser também amparado pela Lei Municipal nº 3.922/2014, vinculando-o à Secretaria Municipal de Assistência Social. Tal órgão tem como objetivo a assistência aos albergados e egressos, assim como a orientação aos condenados a penas restritivas de direitos e a fiscalização das penas de prestação de serviços à comunidade e de limitação de final de semana, colaborando, também, com a fiscalização do cumprimento das condições impostas na suspensão e no livramento condicional, nos termos dos artigos 78 e 79 do mesmo diploma legal.

A equipe do Patronato é composta por bolsistas (professores/orientadores, profissionais e graduandos) das áreas de Direito, Pedagogia, Serviço Social, Psicologia e Administração. Em relação ao atendimento dos egressos do sistema penal, têm-se como um dos objetivos auxiliar no processo de reinserção social, visto que a permanência no regime fechado tende a romper laços com o mundo externo, assim como criar estigmas que podem dificultar a recomposição de vínculos no âmbito familiar, comunitário e de trabalho (LOPES, 2013; PEREIRA, 2013).

## 2. MÉTODO

Com o intuito de apresentar o trabalho realizado pelo Patronato e como tal trabalho envolve as famílias dos assistidos, propomos aqui fazer um estudo de caso. Coimbra e Martins afirmam que (2013, p. 32) “[...] a intencionalidade de investigar uma realidade, situada no aqui e agora das intenções sociais, torna preferencialmente o estudo de caso para a pesquisa de práticas e comportamentos, em comunidade educativa”. Apesar do estudo de caso não visar generalizações, Ventura (2007) indica que ele suscita reflexões acerca de um todo, decorrendo daí sua importância e o seu caráter pedagógico. As aprendizagens obtidas a partir da análise de um caso pode servir para a análise e intervenção em outros casos.

Nessa perspectiva discorreremos sobre as problemáticas que envolveram o trabalho da equipe do Patronato dentro do acompanhamento de um egresso do sistema prisional encaminhado ao programa para o cumprimento de medidas alternativas. Este caso foi escolhido por ser considerado pela equipe como complexo. O assistido, para além do conflito com a lei, agrega problemas econômicos, sociais e de saúde. Para responder a tais problemas, exige-se a interação de todos os profissionais da equipe e o trabalho em rede com outros equipamentos, desafiando constantemente a equipe a traçar novas estratégias de ação, buscando assegurar um trabalho pautado nos Direitos Humanos.

### 3. DESCRIÇÃO DO CASO

O caso aqui exposto é referente a um assistido que teve a concessão do benefício da prisão domiciliar devido aos problemas de saúde e tem o início de seu acompanhamento pelo Patronato em janeiro de 2019. Para os fins deste estudo de caso, consideraremos o acompanhamento realizado até o mês de agosto de 2019, momento em que este estudo de caso foi finalizado. Entretanto, o assistido segue em acompanhamento. Destacaremos seu fluxo de atendimento e aspectos relacionados à interação assistido-família-Patronato. Ao dar entrada no serviço, foram realizados procedimentos administrativos como verificação do processo, ficha de inscrição, coleta de dados pessoais, etc. Também foram realizados os atendimentos específicos com cada área de abrangência do programa, numa perspectiva de acolhimento do assistido, visando criar condições para o estabelecimento de um vínculo entre assistido e equipe.

A partir das avaliações realizadas e, segundo sua determinação processual, o acompanhamento se daria através da participação no programa E-ler, encaminhamento para processo de escolarização e do acompanhamento da equipe, sempre que fosse demandada. Buscando aprofundar o olhar sobre o caso, serão descritos fatos da história do assistido. No entanto, é válido ressaltar que devido às questões de sigilo o nome dos envolvidos foram substituídos por letras, sendo X a letra designada para o assistido. X possui 59 anos, 3 filhos, e desde que saiu do sistema prisional passou a residir nos fundos da casa de uma das irmãs. Apresenta diversos problemas de saúde: osteoporose, artrite, hiperplasia prostática (fato que o obriga a usar bolsa de colostomia e acarreta infecção constante) e suspeita de câncer de pele.

O contato com os familiares (filhas e irmãos) é restrito, tanto que se limita à irmã que lhe concedeu a residência, e a outra que reside em outro município, e o ajuda financeiramente comprando alimentos. Havia contato telefônico com a filha mais velha, mas, após conflito devido às questões financeiras, não houve mais procura de nenhuma das partes. Ainda, a situação financeira é considerada difícil, já que o assistido não trabalha devido a seus problemas de saúde e não recebe nenhum benefício assistencial. Verificou-se que o assistido já possuía vínculos sócio-familiares frágeis anteriormente à prisão, sendo que o período em que ficou no regime fechado fragilizou ainda mais esta condição.

Alguns dias após o início do acompanhamento do assistido, sua irmã procurou o Patronato buscando atendimento da equipe. A mesma foi acolhida pela estudante de psicologia e a assistente social, e durante o atendimento relatou que buscava internamento psiquiátrico para o irmão, pois ele estava frequentando bares, e, acabava por retornar para a casa alcoolizado, fazendo ameaças a ela e seu cônjuge. Explicou que o mesmo não estava se alimentando e nem cuidando da higiene adequadamente, e que quando seu marido não estava na residência tinha medo de que o irmão lhe fizesse algum mal, por isso, vivia trancada. Também relatou que ela fazia a higiene da casa dele, evidenciando um atravessamento de gênero, no qual era atribuído à mulher o papel de cuidado e realização de tarefas domésticas, desresponsabilizando-o, enquanto homem, de tais encargos, o que vinha trazendo alguns incômodos à relação.

Diante do relato apresentado pela irmã, houve a necessidade de discussão do caso entre a equipe do Patronato. Consideramos importante ouvir a versão do assistido sobre o que ocorria, visto

que tomamos como pressuposto que uma história pode ter sempre muitas versões, sendo importante estarmos atentos às percepções dos diferentes atores envolvidos em uma problemática. Como resultado das discussões de equipe, chegou-se aos seguintes encaminhamentos: I- orientação e acolhimento ao sofrimento da irmã, buscando esclarecer a ela os meios legais para garantia de sua segurança e proteção, e, também, a problematização de que o internamento poderia não ser o melhor encaminhamento, já que, resolveria a situação a curto prazo e não de maneira permanente. Em relação a este aspecto, compreendemos que o pedido de internação não tinha apenas o objetivo de tratamento do irmão, mas principalmente de afastamento do mesmo de sua convivência, num movimento de exclusão, diante da angústia e do medo de não saber como enfrentar a situação. A equipe orientou que, mesmo que houvesse a internação, essa seria temporária e haveria o retorno do mesmo posteriormente, não podendo a internação ser vista como um modo de “se livrar”; ao mesmo tempo, foi orientado sobre serviços de atenção psicossocial que poderiam prestar atendimento para as questões relacionadas ao uso de substâncias psicoativas; II- entendimento da visão do assistido quanto a sua determinação judicial e orientação frente a seus direitos e deveres legais; III- acionamento da Rede do Município, buscando a atenção integral às necessidades do assistido (vinculação com unidade de saúde, orientações quanto a higiene, acesso a prontuário, etc); IV- trabalhar a relação e os vínculos familiares entre o assistido e a irmã, buscando melhor adaptação dos dois a nova configuração estabelecida. Nesse último aspecto, buscou-se pontuar a necessidade de negociação das tarefas atribuídas a cada um deles, no sentido de evidenciar que não deveria ser tomado como “natural” a divisão social do trabalho e das tarefas domésticas, que acabavam sobrecarregando a irmã, expressando o quanto a desigualdade de gênero se reproduz no cotidiano.

A irmã do assistido foi convidada para comparecer ao Patronato para receber as primeiras orientações. A mesma veio juntamente com a irmã mais velha citada acima. Os relatos continuaram bastante preocupantes, pois, na fala das irmãs foram percebidos angústia e incômodo frente à problemática. Havia a suspeita do uso de drogas, e, os outros relatos permaneceram: a agressividade, ameaças, falta de higiene, etc. A equipe buscou acolhê-las e orientá-las quanto às providências cabíveis à situação, ressaltando que seria entrado em contato com o assistido convidando-o para vir até a sede do Patronato para orientações, e, assim, tais situações problemáticas seriam trabalhadas junto com o mesmo, no sentido de compreender o que estava se passando.

Antes de chamá-lo para tal intervenção, o assistido, como convocado, compareceu ao primeiro encontro do Projeto E-ler. Porém, o mesmo veio até o local caminhando no sol e devido à longa distância e aos seus problemas de saúde, passou mal. A equipe observou que vazava sangue em sua bolsa de colostomia e que o assistido apresentava suor excessivo e relatos e expressões de muita dor. Houve encaminhamento da situação por parte da equipe de Pedagogia (responsável pela coordenação do grupo). Porém, essa situação estabeleceu na equipe do Patronato uma urgência ainda maior para realização dos encaminhamentos do caso, já que, o cumprimento da determinação judicial não pode gerar prejuízos à saúde do egresso.

Dessa forma, na sequência, a equipe do Patronato se reuniu com a equipe multiprofissional do CRAS da localidade onde o mesmo reside. Na oportunidade, houve a exposição e discussão do caso, buscando pontuar quais encaminhamentos ficariam responsáveis por cada equipamento.

Sendo assim, acordou-se de que o CRAS se encarregaria de conduzir o assistido para UBS buscando acompanhamento mais frequente devido à bolsa de colostomia; também para confecção do Passe Livre, o que possibilitaria seu deslocamento pela cidade por meio do transporte gratuito; e, ainda, o auxílio com relação ao benefício assistencial. Ao Patronato, coube a orientação jurídica do assistido, e, fortalecimento dos vínculos familiares, buscando mediar e apoiar nas situações de conflito.

Dando prosseguimento ao acordado e continuidade aos atendimentos, o assistido foi convidado a comparecer ao Patronato, juntamente com sua irmã. Esse atendimento foi acompanhado por todas as áreas de abrangência do Patronato, numa estratégia de consulta conjunta (Chiaverini, 2011). A advogada iniciou a conversa, buscando entender qual visão do assistido quanto à pena que estava cumprindo, e, após, orientou-o quanto aos seus direitos e deveres. Ressaltou sua condição de prisão domiciliar, que significa que o mesmo não pode se ausentar da residência sem motivo concreto ou justificativa pertinente; salientou o impedimento de que o mesmo frequente bares, festas ou qualquer local de divertimento, assim como as sanções que poderiam ocorrer em caso de descumprimento; explicou sobre a sua determinação judicial de trabalho lícito e/ou estudos e como o Patronato acompanharia esse cumprimento.

Nesse momento, a pedagoga explicou que o Projeto E-ler já se enquadra como cumprimento da determinação, mas que, a equipe buscaria, em conjunto com ele, encontrar outras atividades pedagógicas e/ou de trabalho, para que o mesmo tivesse mais oportunidades. Ressaltou que já havia entrado em contato com o Complexo Médico Penal em que ele havia ficado detido para conseguir seu histórico escolar e assim dar prosseguimento aos seus estudos. Salientou que buscaria, junto à Secretaria de Educação do Município, possibilidades de estudo em domicílio para que o mesmo conseguisse conciliar a ocupação com seus problemas de saúde.

A assistente social buscou entender como estava o processo de solicitação do BPC (Benefício de Prestação Continuada), concedido para pessoas que não possuem contribuição ao INSS e que apresentam doença grave ou deficiência. Além disso, ressaltou a orientação dada pelo CRAS quanto à confecção do Passe Livre, que o permitiria se deslocar pela cidade com transporte gratuito. Houve explicação por parte dessa profissional quanto ao acesso aos medicamentos necessários para seu tratamento de saúde junto ao SUS pela farmácia do município.

A psicóloga buscou entender como estavam se apresentando as relações familiares do assistido, enfocando principalmente na relação do mesmo com a irmã. Frisou a existência de conflitos em qualquer convivência e a necessidade de respeito e diálogo entre as partes para que esses problemas sejam resolvidos. Também salientou a necessidade de cada um cumprir com seu papel, valorizando-se a contratualidade, que envolve a negociação entre os sujeitos da ação, a partir da maior simetria possível nas relações de poder (Kinoshita, 1997).

É válido destacar que esse relato, por área, quanto às orientações ao assistido é feito de maneira didática e para melhor entendimento do caso. Pois, ao se tratar de um trabalho interdisciplinar, as orientações são complementares e os profissionais acabam por trabalhar com o assistido em todas as áreas, apoiando a atuação uns dos outros.

Na continuidade dos encaminhamentos do caso, buscou-se articular, em conjunto com a

Secretaria de Educação Municipal e a escola recebedora de alunos do EJA (Educação de Jovens e Adultos), condições para que o assistido pudesse cumprir sua determinação de estudos, mas que também acolhesse sua dificuldade de saúde.

Certo dia, a irmã do assistido ligou para o Patronato informando que este havia sido encontrado, pela equipe do CREAS, caído na rua em visível estado de embriaguez, tendo a necessidade de ser levado para casa. Foi perceptível, que, mais uma vez, a irmã buscava uma intervenção em função da sobrecarga gerada pela situação. Dessa forma, retomamos com a mesma que a equipe já havia orientado o assistido em relação às condições judiciais do seu processo e, tendo papel de fiscalização e não de decisão sobre as consequências do descumprimento das medidas alternativas, a equipe precisaria de um relatório do CREAS para informação em juízo. Cabe destacar, aqui, um papel ambíguo atribuído ao Patronato: ora de cuidado, ora de fiscalização/controle, colocando a equipe em permanente atenção em relação aos mandatos atribuídos às suas ações e aos efeitos que podem advir dos encaminhamentos realizados pela equipe.

Decorrido um período, a irmã do assistido contactou a equipe do Patronato informando que o mesmo desejava mudar-se de residência, e que estava com medo de ser responsabilizada pelos atos do irmão caso este viesse a cometer algum delito. A equipe informou que não poderia impedi-lo de se mudar, e que, caso fizesse, o assistido deveria atualizar seus dados perante o Poder Judiciário, e que como ele não é interditado, a mesma não responde pelos seus atos delituosos.

Ao comparecer à instituição escolar, a pedagoga foi informada pela coordenadora que, quem estava fazendo a troca do material escolar era a irmã do assistido e esta relatou que fazia as atividades do irmão. Ademais, o mesmo vinha apresentando comportamentos agressivos em casa, assim como ingerindo bebidas alcoólicas. Dessa forma, em discussão com a equipe, foi agendado atendimento com a irmã do assistido para acolhimento e novas orientações.

Na conversa, a mesma relatou seus temores e, com receio de que o assistido saísse e voltasse violento, passou a fornecer bebida alcoólica dentro de casa, na tentativa de reduzir as possíveis consequências do uso, o que foi interpretado pela equipe como uma estratégia de redução de riscos e danos. Diante da situação, a irmã foi orientada quanto às possibilidades existentes.

Nesta mesma oportunidade, a equipe conversou com o assistido, em uma tentativa de responsabilização acerca dos seus comportamentos, porém, o mesmo negou fazer o uso e/ou a dependência de substâncias psicoativas. Quando confrontado com relação ao atendimento realizado pela equipe do CREAS, o mesmo se esquivou dizendo que foi uma situação pontual e que, atualmente, não faz mais o uso de bebidas alcoólicas. Tal postura de negação do uso de drogas colocou-se como um dificultador da realização de encaminhamentos para abordagem dos riscos e danos relacionados a tal uso. O assistido foi, mais uma vez, orientado sobre suas situações judiciais e que, devido aos acontecimentos, sua determinação havia sido suspensa sendo agendada audiência de justificação.

## 4. DISCUSSÃO

A história do assistido e sua falta de contato com as filhas demonstra que o mesmo já apresentava rompimento de vínculos antes da prisão, apesar desta última contribuir para aprofundar tais rompimentos. Deve-se destacar a vulnerabilidade a que ambos estavam submetidos: o assistido e a sua família. Um desafio permanente da equipe é não dicotomizar os papéis de “vítima” e “agressor”, sendo que o relato permite perceber o quanto o sujeito designado como agressor também é perpassado por vulnerabilidades, as quais necessitam ser trabalhadas. Ou seja, estar no lugar de ter cometido algum delito e produzir relações que vulnerabilizam o outro não deve impedir de ser visto como sujeito em uma condição vulnerável, que não deve ser vitimizado, nem também violado em relação aos seus direitos.

Nesse sentido, a equipe buscou articular condições para sua atenção integral: mediação com escola e com serviços de saúde, concessão de benefício, encaminhamentos, etc. Buscou intermediar a relação com a(s) irmã(s), acolhendo-a(s) em sua(s) demandas e buscando construir formas para que pudessem conversar e fazer acordos. Um dos desafios era preservar esse laço que ainda existia, mas que anunciava se romper a qualquer momento. Ao mesmo tempo, preservar esse laço não poderia ser feito a qualquer custo, sendo necessário trabalhar para que o assistido colocasse em análise o fato de, através de suas ações, produzir medo e desconfiança em outras pessoas. As orientações da equipe buscaram criar condições de possibilidade de escolha, tanto para a irmã quanto para o assistido, sendo a proposta da equipe não fazer “por”, mas fazer “junto” com eles.

Enfatizamos, ainda, que a prática da Equipe Multidisciplinar do Patronato é embasada pela atenção aos Direitos Humanos, e, assim sendo, busca da garantia do direito à vida do assistido, o respeito à dignidade humana, liberdade e autonomia. Nessa lógica, concordamos com Leite (2017) que afirma “às alternativas penais deve-se agregar novos paradigmas, (...) sobretudo garantindo o protagonismo e responsabilização das pessoas envolvidas” (p.37). Ou seja, garantir a dignidade e acesso aos direitos, não significa a não responsabilização sobre os atos cometidos. Dessa forma, entende-se que esse é mais um dos desafios colocados a equipe no bojo de suas ações: respeitar a condição humana de direitos dos assistidos ao passo em que também os responsabiliza pelas práticas cometidas. Ao mesmo tempo, compreendemos que responsabilização é diferente de culpabilização, visto que a primeira considera o contexto e os aspectos sociais que permeiam a vida e história do sujeito, contribuindo para que determinada condição seja estabelecida. Já a culpabilização tende a individualizar o problema e a responsabilidade, invisibilizando os diversos atravessamentos que constituem uma determinada problemática.

Dentro desse caso em específico, várias foram as situações em que a equipe se deparou com entraves, sendo necessária a reflexão crítica por parte de todos os membros e avaliação das possibilidades de soluções que podiam ser encaminhadas pelos profissionais, pois, como nos traz Leite (2017)

É preciso garantir a autonomia, a consensualidade e a voluntariedade das pessoas no contexto da ação penal, uma vez que somente com esta postura será possível construir soluções adequadas e não violentas para os problemas e conflitos trazidos às instâncias das alternativas penais. (LEITE, 2017, p. 38)

Diante de uma sociedade que constantemente convoca à violação de direitos, sob o pretexto de que ele não seria universal, mas restrito à algumas pessoas ou grupos, torna-se um desafio permanente para a equipe sustentar a aposta no sujeito e na possibilidade de sua transformação. Outro ponto a ser pensado é o acolhimento com a família do assistido. Acima, com a descrição do caso, vemos que a equipe multidisciplinar se disponibilizou para atender a demanda trazida pela irmã do assistido, fazendo uma conversa conjunta com as áreas que atendem no Patronato. Desse modo, entende-se o contexto no qual o assistido está inserido, assim como as suas relações familiares. Ficou evidente a dificuldade de diálogo entre ambos, sendo os encontros realizados em conjunto com a equipe do Patronato uma possibilidade de intermediar tal relação, possibilitando que fossem pactuadas formas de relação e combinações entre ambos, corresponsabilizando-os.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido pela equipe multidisciplinar do Patronato é, em sua íntegra, pautado nos direitos humanos com seu início através do acolhimento, entendido como “uma ação de aproximação, um “estar com” e um “estar perto de”, ou seja, uma atitude de inclusão” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010, p. 6). É através dele que a equipe fundamenta suas ações e entende cada sujeito em sua singularidade, percebendo também as demandas que este possui para o processo de ressocialização.

Neste caso em específico, perceberam-se demandas relacionadas a questões de saúde e, principalmente, a questões familiares. Entendendo o papel da equipe como mediadora dessas relações, foi que buscamos a responsabilização tanto do assistido quanto de sua família, pois “o cuidado e a assistência em saúde não se restringem às responsabilidades da equipe [...]. O usuário e sua rede sociofamiliar devem também se corresponsabilizar pelo cuidado de si [...].” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013, p. 6). É nesse sentido que a equipe atua com um “fazer com” e não com um “fazer por”, entendendo que o assistido e seus familiares possuem uma autonomia enquanto cidadãos.

A “[...] Política de Humanização só se efetiva uma vez que consiga sintonizar “o que fazer” com o “como fazer”, o conceito com a prática, o conhecimento com a transformação da realidade” (BENAVIDES, PASSOS, 2005, p. 391). Assim, destaca-se a importância da interdisciplinaridade do Patronato enquanto órgão executor e também se evidencia o papel da família como instituição acolhedora, que deve ser preparada a fim de reintegrar o egresso do sistema prisional, auxiliando na sua ressocialização e, em muitos casos, na própria socialização desse sujeito.

Nesse sentido, evidencia-se também a necessidade da construção de ações em rede, a fim de auxiliar a família e a própria sociedade a receber e integrar os indivíduos provenientes do sistema prisional, construindo uma nova cultura, pautada na corresponsabilização e humanização do acolhimento e dos atendimentos.

## 6. REFERÊNCIAS:

BENEVIDES, R.; PASSOS, E. Humanização na Saúde: um novo modismo? Interface- Comunic, Saúde, Educ, v.9, n.17, p.389-406, mar/ago 2005.

BRASIL. Lei 7.210. **Lei de Execução Penal**, Brasília, 1984.

BRASIL. Acolhimento nas práticas de produção de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Política Nacional de Humanização PNH. 1ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

CHIAVERINI, D.H. Guia prático de matriciamento em saúde mental. Brasília: MS/Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva, 2011.

COIMBRA, M. de N. C.; MARTINS, A.M.de O. O estudo de caso como abordagem metodológica no ensino superior. Nuances: estudos sobre educação, Presidente Prudente-SP, v. 24, n. 3, p. 31-46, set./dez. 2013.

Depen, Patronato Central do Estado. Disponível em: <<http://www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=217>>. Acesso em: 27 set. 2019.

IRATI. Lei Municipal nº 3922, que cria o Patronato de Irati, o Fundo Municipal de Alternativas Penais, e dá outras providências. 2014.

KINOSHITA, R.T. Contratualidade e reabilitação psicossocial. Em: Ana Pitta (Org.), *Reabilitação psicossocial no Brasil* (pp. 55-59). São Paulo: Hucitec, 1997.

LEITE, F. de L. : Manual de Gestão para as Alternativas Penais. Brasília, 2017.

LOPES, R. Desafios para a inclusão social de egressos do sistema prisional. Em: Comissão de Formação Teórica e Prática do PrEsp (Org.). O egresso do sistema prisional: do estigma à inclusão social. Belo Horizonte: Instituto Elo, 2013. (p. 65-86).

PEREIRA, R.C. O sujeito egresso: trabalho e estigma. Em: Comissão de Formação Teórica e Prática do PrEsp (Org.). O egresso do sistema prisional: do estigma à inclusão social. Belo Horizonte: Instituto Elo, 2013. (p. 145-157).

# A ARTICULAÇÃO ENTRE O SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA E O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS NO TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS



**SANTOS, Dener Cristi dos<sup>1</sup>**

**FILUS, Uicileide Aparecida<sup>2</sup>**

**WAGNER, Camila<sup>3</sup>**

**FERENCZ, Rafaela Maria<sup>4</sup>**

**WAGNER, Reinaldo<sup>5</sup>**

ações em um viés da garantia de que os cidadãos tivessem condições mínimas de saúde, educação e seguridade social. Não podemos esquecer que os avanços nesse e em todos os outros campos de direito, foram conquistados através da articulação e da luta da população.

É nesse contexto que em 2003 através da realização da IV Conferência Nacional de Assistência Social, aprovou-se a criação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), assim como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Com um caráter inovador, pautado na proteção social e na garantia de direitos, os serviços da Política Nacional de Assistência Social no Brasil vêm se delineando mais intensamente nos últimos anos, deixando para trás a lógica assistencialista e tutelar vigente até então.

Entre as novas políticas de seguridade e proteção social há a proteção social básica, a qual o equipamento institucional responsável por sua execução é o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS).

### 1. INTRODUÇÃO / CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

Historicamente no Brasil a política de Assistência Social até sua consolidação com um sistema único passou por diversos obstáculos. Com o nascimento do chamado estado de bem-estar social no Brasil, por volta do ano de 1970, buscou-se pensar sobre soluções para os problemas sociais existentes, contudo, essas ações guinavam para práticas assistencialistas. Com as mudanças políticas no País nas décadas de oitenta e noventa, com o fim da ditadura militar e a subida ao poder de governos neoliberais as ações sociais do estado tiveram atrasos. Só a partir do ano dois mil, com a retomada do chamado estado de bem-estar social por governos progressistas que se pensou novas

1 Educador Social do CRAS Rio Bonito.

2 Graduada em Serviço Social e Assistente Social do CRAS Rio Bonito.

3 Educadora Social do CRAS Rio Bonito.

4 Graduação em Psicologia e Psicóloga do Centro da Juventude

5 Graduação em Pedagogia e Pedagogo e Coordenador do CRAS Rio Bonito.

Conforme previsto na Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, a Proteção Social Básica tem seus serviços organizados e executados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), em três principais serviços que vão atender as demandas das famílias, incluídas suas crianças e adolescentes, que buscam na assistência social apoio público para suas necessidades (BRASIL, 2009).

O CRAS tem a função de desenvolver um serviço preventivo, proativo e protetivo. Deve ser planejado com base num bom conhecimento do território e destina-se à sujeitos que estão em situação de vulnerabilidade e risco social. Segundo Yazbek (2001), vulneráveis são as pessoas ou grupos que, por condições sociais, de classe, culturais, étnicas, políticas, econômicas, educacionais e de saúde, distinguem-se por suas condições precárias de vida. O que implica: suscetibilidade à exploração; restrição à liberdade; redução da autonomia e da autodeterminação; redução de capacidades; fragilização de laços de convivência; rupturas de vínculos e outras tantas situações que aumentam a probabilidade de um resultado negativo na presença de risco.

O CRAS deve operar garantindo a segurança de convívio, de acolhida e de sobrevivência, “por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania” (BRASIL, 2009. pg 9). O CRAS tem papel fundamental para o acesso, garantia, ampliação e materialização dos direitos socioassistenciais preconizados pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Objetiva principalmente a prevenção e fortalecimento de vínculos familiares no sentido de evitar a ruptura, ou seja, a violação de direitos.

Neste artigo, pretende-se trazer uma análise sobre a forma que o trabalho dos CRAS deve ser realizado, especificamente em relação ao trabalho social com famílias. Defende-se que os serviços oferecidos pelos CRAS devem estar articulados e alinhados seguindo objetivos semelhantes e adotando metodologias construídas na coletividade.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

Para que a proteção social básica realizada e desenvolvida pelos CRAS seja efetiva e concreta é importante que seus programas e serviços estejam alinhados e articulados, de forma que os procedimentos, fluxos, demandas e informações sejam compartilhadas. “Tal articulação possibilita a operacionalização e a organização do atendimento e/ou acompanhamento das famílias dos usuários [...] dos participantes de outros programas, projetos e benefícios da proteção social básica.” (BRASIL, 2012).

É através dessa articulação que se desenvolve a estratégia do trabalho social com famílias de forma concreta, sendo que esse trabalho é um dos principais objetivos do CRAS.

O trabalho social com famílias encontra seus fundamentos ético-políticos na Constituição Federal de 1988, na Lei Orgânica da Assistência Social (1993), na Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e na Norma Operacional Básica (NOB-SUAS/2005). Trata-se de um:

Conjunto de procedimentos efetuados a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-

metodológico e técnico-operativo, com a finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas, unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade – que se constitui em um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, com o objetivo de proteger seus direitos, apoiá-las no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário, a partir do reconhecimento do papel do Estado na proteção às famílias e aos seus membros mais vulneráveis. Tal objetivo materializa-se a partir do desenvolvimento de ações de caráter “preventivo, protetivo e proativo”, reconhecendo as famílias e seus membros como sujeitos de direitos e tendo por foco as potencialidades e vulnerabilidades presentes no seu território de vivência (BRASIL, 2012 pg.11).

Para sua realização é necessário que não se perca a criticidade em relação ao contexto histórico, tanto das comunidades como das famílias. Deve-se reconhecer as contradições existentes na construção da PNAS, que estão relacionadas às famílias e o trabalho social com famílias.

É a função principal de um dos serviços desenvolvidos nos CRAS a realização desse trabalho, esse serviço é chamado de Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). O PAIF tem a finalidade de desenvolver o trabalho social com famílias de forma continuada e possui o objetivo principal de fortalecer a função da família enquanto protetora, assim como auxiliar na preservação de seus vínculos.

A família é apenas uma das instâncias de resolução dos problemas individuais e sociais. Os serviços públicos devem ser flexíveis para responder de forma diferenciada às diversas formas de apresentação dos problemas locais.

Apenas aqueles a quem interessa esconder os conflitos de classe social, de raça e sexo, negar a relação fundamental dos problemas pessoais com a forma de organização do Estado e da economia, bem como diminuir a importância das lutas dos movimentos sociais e dos partidos políticos é que busca colocar a família como centro absoluto da abordagem dos problemas sociais. (VASCONCELOS, 1999, p. 13).

Durante as últimas décadas com os avanços relacionados à Política de Assistência Social no Brasil muitos aspectos vêm sendo mudados. Entre esses aspectos, destaca-se o papel do CRAS em relação à realização do trabalho social com famílias, desenvolvido principalmente pelo PAIF. Uma dessas mudanças é o desenvolvimento do trabalho social com famílias, através de oficinas e grupos de pessoas realizados pelo PAIF e SCFV, respectivamente, de acordo com os critérios de cada serviço. Essa nova forma de abordagem rompe com as antigas ações pontuais e tradicionais. O PAIF desenvolve agora o seu trabalho social de acordo com os princípios da chamada “matricialidade sóciofamiliar” como indica o Plano Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004. Entende-se agora o conceito de família como um coletivo de pessoas unidas, sendo tanto por laços consanguíneos, afetivos ou solidários. Nesse contexto não é cabível que o trabalho social seja realizado a partir de segmentos, trata-se agora de um trabalho de forma integral com as famílias.

Em decorrência desses fatores o trabalho social com as famílias passa a ter agora um caráter científico, que se baseia no conhecimento e na investigação das realidades. Esse trabalho é concretizado a partir da realização de ações de cunho individual e coletivo, assim como tem como necessidade de ser planejado de forma que aproxime as famílias, tanto na sua execução como no seu

planejamento. Isso resulta no sentimento dos indivíduos atendidos como participantes no processo de sua emancipação.

Dentro do PAIF são desenvolvidas ações individuais e coletivas (acolhida, ações particularizadas, encaminhamentos, oficinas com famílias e ações comunitárias). No tocante às ações de cunho coletivo destaca-se a relevância das oficinas, pois através delas promove-se o diálogo, a troca de experiências e valores, bem como a discussão de situações externas que afetam as famílias e a comunidade num sentido geral. As oficinas realizadas pelo PAIF são ações planejadas, com o foco em demandas surgidas principalmente das famílias. Essas demandas devem passar pelo olhar crítico dos técnicos que realizam o trabalho afim de verificar quais são e como estão, de alguma forma, impactando no convívio familiar ou comunitário. Essas oficinas devem ter o objetivo de fomentar o fortalecimento da família enquanto protetora dos vínculos entre seus membros e com a sociedade num sentido geral.

Além do PAIF, outro serviço que os CRAS são responsáveis por seu desenvolvimento é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). O SCFV é:

[..] um serviço da Proteção Social Básica do SUAS, regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Sócio assistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009) e foi reordenado em 2013 por meio da Resolução CNAS nº01/2013. Trata-se de um serviço que é ofertado de “forma complementar ao trabalho social com famílias que é realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF). (BRASIL, 2012, p 08).

Trata-se de um serviço pertencente também à Proteção Social Básica do SUAS. O SCFV deve desenvolver-se com o intuito de realizar atividades grupais que visem ações preventivas e proativas, indo de encontro com a complementação do trabalho realizado pelo PAIF.

Segundo a tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o SCFV é um serviço que se realiza em grupos, de modo a prevenir situações de risco social, ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Um de seus objetivos principais é “complementar o trabalho social com famílias, prevenindo a ocorrência de situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária” (MEDEIROS, 2016).

Para o desenvolvimento das atividades do SCFV, deve-se respeitar seus eixos norteadores que são: a convivência social e o direito de ser e de participar. É a partir deles que os encontros grupais realizados precisam ser planejados, esse planejamento tem a necessidade de estar ligado com as ações e os técnicos responsáveis pelo PAIF.

Diante da complexidade das demandas apresentadas pelos usuários do CRAS, em especial, as identificadas através do SCFV para adolescentes, muitos encontram apenas neste local um espaço onde se sentem acolhidos e estimulados a tomarem as rédeas de sua vida e iniciarem um processo de reflexão que os levará à mudança de comportamento e até mesmo proporcionará uma mudança de vida, de sua história e da história de seus descendentes.

Esse serviço é de suma importância para que o desenvolvimento do trabalho social com

famílias realizado pelo PAIF seja mais eficiente, deve agir de forma articulada, servindo como um serviço complementar às ações realizadas pelo PAIF. É função do coordenador do CRAS a realização da comunicação entre os serviços, que deve realizar-se através de reuniões periódicas, criações de estratégias para os fluxos de encaminhamento e o planejamento conjunto de ações.

Para que o trabalho social com famílias se realize de forma mais eficaz é imprescindível que esses dois serviços sejam realizados de forma complementar e articulada, de forma que os técnicos de referência de ambos os serviços estejam sempre em diálogo, tanto em questões relacionadas aos grupos realizados no SCFV, quanto em relação ao acompanhamento familiar dos participantes dos grupos no PAIF.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quanto maior a articulação entre os serviços ofertados pelo CRAS mais eficiente suas ações serão. O trabalho social com famílias no âmbito do SUAS e em decorrência desenvolvido pelos CRAS é uma ação de suma importância, que necessita de técnicos capacitados, assim como o investimento econômico em larga escala. É dever de todos os trabalhadores dessa área de defender e promover o fortalecimento do SUAS, assim como ofertar ações que visem principalmente a garantia de direitos, pois vivemos em um contexto, no qual há um ferrenho ataque a eles.

### **4. REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre o PAIF: O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF – Volume I.** Brasília: MDS, 2012.

BRASIL. **Orientações Técnicas sobre o PAIF – volume 2 – Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF.** Brasília: MDS, 2012.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência da Assistência Social – CRAS.** Brasília: MDS, 2009.

MEDEIROS, Janine. **O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: A percepção das famílias.** Brasília: 2016

VASCONCELOS, Eymard M. A. **Priorização da Família na Política de Saúde.** Rio de Janeiro, v. 23, n. 53, p. 6-19, set./dez. 1999.

YAZBEK, M. C. **Classes Subalternas e Assistência Social.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

## TRABALHANDO COM FAMÍLIAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA



**LECHIW, Kelly Kusnik<sup>1</sup>**

**MAJEWSKI, Jocieli<sup>2</sup>**

### 1. INTRODUÇÃO

O trabalho de intervenção com famílias foi realizado no Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, no Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, no Município de Irati-PR., local em que as autoras atuam há mais de dois anos. O serviço de acolhimento institucional denominado Casa Lar Arcanjo Gabriel foi criado em 15 de julho de 1995<sup>3</sup>, tendo como coordenação desde sua criação o PROVOPAR Municipal de Irati. Por volta do ano 2010 a Secretaria Municipal de Assistência Social passou a ser responsável pela sua coordenação, e com objetivo de melhorias nas suas instalações, a instituição passou por diversas mudanças de endereço a fim de adaptar-se à demanda e oferecer melhores condições às crianças acolhidas.

A Casa Lar Aconchego foi instalada primeiramente como Casa do Adolescente –

instituição específica para atender adolescentes (12 a 18 anos). Teve sua implantação no ano de 2004, através da Associação Espírita Jesus e Maria e, desde 2009 a referida instituição é administrada e mantida pela Prefeitura Municipal de Irati, via Secretaria Municipal de Assistência Social.

A duas instituições mencionadas, têm a finalidade de acolher crianças e adolescentes em situação de abandono, negligência, destituição de poder familiar, ameaça e violação de seus direitos fundamentais, conforme estabelecem os artigos 90, 92, 93, 94 e 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente, e alterações feitas pela Lei 12.010/2009, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais/Resolução 109, NOB/RH/SUAS e as orientações técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes – CONANDA/2009.

O trabalho (piloto) foi realizado com uma das famílias acompanhadas pelas técnicas, que denominaremos genitor, genitora, filho e filha, por questões éticas, o qual foi motivado pelas dificuldades em intervir, uma vez que os genitores

1 Psicóloga do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes. Formação em Educação Física (UNICENTRO). Pós-Graduada em Psicologia e Políticas Públicas (UNICENTRO) e Ciência do Movimento Humano (FACINTER).

2 Assistente Social do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes. Mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, em curso (UNICENTRO). E-mail: [jocieliki@hotmail.com](mailto:jocieliki@hotmail.com).

3 Histórico do Serviço consta no Projeto Político Pedagógico/2016.

apresentavam resistências nas orientações realizadas durante os atendimentos, dificultando assim o processo de entendimento e mudanças no repertório comportamental que utilizavam na educação dos filhos, sendo baseado na coerção e na violência.

Pelo fato dos genitores serem separados, as orientações também foram realizadas aos seus respectivos companheiros. Nos últimos atendimentos, os filhos também participavam dos atendimentos, e recebiam orientações dos pais quando manifestavam comportamento inadequado na casa e, também, quando tinham comportamentos satisfatórios.

As intervenções iniciaram em 25/10/2018, com atendimentos semanais durante o período em que os adolescentes permaneceram acolhidos de 23/10/2018 a 24/01/2019. Importante ressaltar que após o desacolhimento das crianças, o acompanhamento continuou por mais seis meses, sendo os primeiros dois meses com atendimentos semanais. Nos dois meses seguintes aconteciam quinzenalmente e por fim, uma vez ao mês, até que o caso foi encerrado e encaminhado para o Centro de Referência da Assistência Social – CREAS. Tinha a duração de uma hora, aproximadamente, sempre respeitando a disponibilidade de dia e horário dos participantes.

O trabalho, em sua grande parte foi embasado na escritora Lídia Weber, em seu livro Programa de Qualidade na Interação Familiar – manual para aplicadores (2014) e, como apoio teórico o livro Eduque com Carinho (2017) da mesma autora. Importante ressaltar que, durante o período em que estavam acontecendo os atendimentos individuais e familiares, também aconteceram visitas domiciliares, discussões de caso com a técnica de referência do Serviço de Atendimento a Infância-SAI e reuniões com alguns membros da rede de proteção representando a Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Conselho Tutelar, técnica do SAI, Conselho Tutelar, Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude NEEDIJ, Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS e técnicas do acolhimento.

Os representantes acima citados também fizeram parte da elaboração do Plano de Atendimento à Família – PAF, onde são previstas estratégias, objetivos e ações a serem desenvolvidos por cada serviço junto à família, no sentido de superação de algumas situações vivenciadas antes do acolhimento, identificar as potencialidades da família, construindo sua emancipação e efetivação de direitos através das políticas públicas.

Os conteúdos abordados, de acordo com Weber (2014) foram: descrição do comportamento: o que é um comportamento (ex.: o que é ser teimoso), quais as formas de manifestação do comportamento; análise do contexto do comportamento: em que momentos a criança é teimosa, o que desencadeia esse comportamento, na presença de quais pessoas a teimosia acontece mais; análise das consequências para o comportamento: quando a criança teima, quais atitudes são tomadas, como os pais reagem, e quais são as orientações/punições corretas/incorretas que farão com que o comportamento (da teimosia) se extinga ou não; análise da aprendizagem de um comportamento: tem como objetivo mostrar aos pais que a criança não nasce com os comportamentos prontos, mas sim que eles se desenvolvem de acordo com o ambiente em que criança vive, através de processos de aprendizagem: pela própria experiência, por meio da observação do comportamento da outra pessoa e, por meio da

regra.

Foi esclarecido que a mudança no comportamento não acontece de forma imediata, mas sim através da: persistência: significa que errar nas primeiras vezes não pode levar a desistência, porque em algum momento o acerto acontecerá; paciência: quer dizer que os pais precisam dar um tempo para os filhos se ajustem às novas regras e exigências; e treino: a mudança só acontece após muito treino, e isso exige comprometimento.

Segundo Weber (2014) dois irmãos podem ter genes iguais e viver em ambientes parecidos, porém, nunca serão iguais. Cada um estabelece relações diferentes (escola, lugares, amigos, etc.). Esse tema também foi abordado com os genitores, uma vez que as comparações entre os irmãos eram frequentes, que o filho não obedecia, fazia uso de drogas, não estudava, só andava pelas ruas, dentre outras queixas, as quais nunca aconteciam com a filha, segundo os pais.

A importância de regras e limites, de acordo com Weber, foram bastante enfatizadas nos atendimentos. Isso porque as regras são normas que devem ser seguidas e que são aprendidas através dos outros e oferecem os limites do comportamento. Então: dar limites e ensinar regras significa disciplinar para que a criança não tenha dificuldades de conviver em sociedade. Os responsáveis aprenderam que as regras devem ser claras, consistentes e coerentes, sem ameaças, sempre lembrando a criança e ao adolescente que eles têm direitos e deveres. Assim, se ela cumpre com seus deveres, terá seus direitos (WEBER, 2014).

Os pais demonstraram dificuldades em ter momentos de qualidade com seus filhos, receberam orientações de como proceder e da importância desses momentos para o desenvolvimento emocional dos filhos (WEBER, 2014).

Outro tema trabalhado de acordo com a autora acima citada foi sobre a educação positiva onde os pais puderam perceber que na maioria das vezes prestam mais atenção nos erros e defeitos de seus filhos do que nos acertos e qualidades. E, que disciplinar não significa focar os erros e punir, mas também incentivar e motivar para o comportamento adequado. O reforço no comportamento da criança aumenta a autoestima e otimismo, pois a criança aprende que o que ela faz tem valor e torna-a mais capaz (WEBER, 2014).

Os pais também foram alertados a respeito das consequências e problemas que podem surgir com o uso de punições exageradas e inadequadas. As não recomendadas são: surras, palmadas, broncas exageradas, humilhação, gritos, xingos, dentre outras. Isso, além de gerar o medo na criança, ensina que ela pode agir da mesma forma com as outras pessoas, que os problemas podem ser resolvidos com violência e que a força bruta é mais importante que o diálogo. Também, ensina a mentir e a se afastar dos pais, quebrando o vínculo de confiança e respeito entre pais e filhos, além de evidenciar o descontrole emocional dos genitores. As recomendadas podem ser: os comportamentos que não prejudicam ninguém devem ser ignorados; a criança pode ficar sentada numa cadeira por alguns minutinhos, e só sair com autorização. O castigo consiste em: deixar a criança sem televisão por um determinado tempo, não ir à casa de um amigo, a compensação do erro, como exemplo, se sujou, limpa. Por fim, através do diálogo, focando apenas o comportamento e não a criança.

O relacionamento afetivo e envolvimento também foram abordados a fim de sensibilizar os pais para a empatia com os filhos, refletindo assim em uma melhor educação dos filhos, fazendo com que a criança se sinta amada e respeite mais seus pais. Foi ressaltado sobre o amor incondicional, é aquele que os pais manifestam o amor pela criança e não pelo que ela faz. Ainda, que o amor deve ser demonstrado através de abraços, beijos, carinho, etc., com palavras sinceras, o tom de voz deve ser agradável, manter o contato visual, dialogar, estar disponível, se interessar pelas atividades e sentimentos da criança. Porém, que a superproteção é prejudicial e não deve ser confundida com o amor, pois o amor permite a autonomia.

Voltando no tempo, foi o último tema trabalhado, tendo como base o Programa de Qualidade na Interação Familiar. Teve como objetivo refletir profundamente sobre a educação que os genitores receberam em sua infância, buscando analisar as diferenças de contextos da época bem como a utilização com os filhos, das mesmas práticas educacionais que receberam dos pais. Ainda, foi tratado sobre a história familiar.

Falar sobre a infância do genitor, proporcionou para a equipe técnica o entendimento de muitos comportamentos e atitudes que tinha em relação aos filhos. Contou que apanhou muito com cabo de foice e corrente de cachorro quando era criança, sempre foi rejeitado pelo pai e só era chamado de filho do diabo. Ainda, que o pai negava comida, passava fome, dormia num saco de estopa, em volta do fogão à lenha para não sentir frio. A alimentação quando tinha era precária, comia virado de fubá torrado.

Também, disse que presenciava a mãe apanhar muito do pai, quase todos os dias, com um facão. Saiu de casa aos doze anos de idade, à mando do pai e sofreu muito na vida, principalmente no período de convivência com os pais e que carrega as lembranças desse sofrimento até hoje. O genitor se emocionou por várias vezes durante a conversa.

Outros assuntos importantes foram identificados durante os atendimentos. Os genitores sempre traziam queixas e acusações, um contra o outro, muitas vezes na frente das crianças. Após receber orientações sobre Alienação Parental, e das consequências desta no desenvolvimento emocional dos filhos, os genitores disseram que não sabiam que o que era isso, nem mesmo que o pai fazer acusações contra a mãe aos filhos, ou vice-versa, era crime. Comprometeram-se em não fazer mais.

Além disso, foi possível perceber que genitor e sua companheira manifestaram momentos de dificuldades no relacionamento conjugal e, com base nesse conteúdo, a equipe enfatizou sobre as consequências negativas dos conflitos entre o casal, no comportamento dos filhos. Enfatizamos que o aprendizado de um comportamento também se dá através do modelo e da observação e, que os exemplos que estão dando aos filhos são ruins.

Importante ressaltar que, todos os assuntos trabalhados com os genitores foram adaptados a uma linguagem simples e clara, sempre respeitando o nível de compreensão e conhecimento deles, de forma gradativa. Ao término de cada atendimento, eram avaliados quanto ao aprendizado, se realmente tinham compreendido as orientações das técnicas. Caso demonstrassem alguma dificuldade, eram realizadas dinâmicas, desenhos ou outras atividades referentes ao tema, com posterior discussão e reflexão. Também, todos os conceitos abordados foram escolhidos de acordo com as demandas e

dificuldades trazidas pela família bem como nas informações registradas nos autos do processo.

Após a conclusão dos atendimentos, foi realizada a avaliação de todas as intervenções e conteúdos trabalhados com a família, baseado no Programa de Qualidade na Interação Familiar. Ficou evidente a efetiva melhora no repertório comportamental dos genitores. As mudanças foram mais visíveis no genitor, tanto em relação aos filhos quanto no tratamento com os técnicos. As resistências manifestadas por ele, em relação à aprendizagem e a mudança foram minimizadas consideravelmente.

Relatou para as técnicas que foi a primeira vez que teve a oportunidade de aprender novas formas de se comportar e educar os filhos. Disse que já tinha ouvido falar sobre limites, regras, violências, etc., mas, que não sabia como fazer na prática. Por isso, acreditava que a melhor forma de educar era batendo nos filhos, do mesmo modo que recebeu educação dos pais, a qual ainda traz em suas lembranças. Ressaltou a forma como recebeu as informações, de maneira clara, adaptada ao seu vocabulário e nível de compreensão. E, quando manifestava dificuldade de entendimento, os conteúdos eram readaptados, através de dinâmicas, desenhos e tarefas de casa, as quais eram realizadas de forma satisfatória pelo mesmo.

Durante as visitas assistidas, o genitor tinha a oportunidade de, juntamente com as técnicas, fazer orientações aos filhos a respeito dos bons e maus comportamentos que os filhos apresentavam no acolhimento. Caso encontrasse alguma dificuldade, recebia orientações de como fazer.

O genitor já conseguia identificar alguns comportamentos que precisam ser mudados ou extintos, para melhor convivência com a família. Como exemplo, contou que durante uma das visitas que recebeu dos filhos, estavam sentados no sofá, ele e o filho conversando, quando ascendeu um cigarro de tabaco. Nesse momento, o filho se retirou de perto dele, reclamando do cheio da fumaça. O genitor disse que se sentiu incomodado com a saída do filho e nesse momento percebeu que precisaria dar bons exemplos e, que fazer uso de cigarro estaria contribuindo de forma negativa, uma vez que o filho fazia era usuário de substância psicoativa e estava fazendo acompanhamento médico.

Informamos que nesse relato de experiência foi dado ênfase às mudanças do genitor pelo fato de ser ele quem estava com a responsabilidade legal dos filhos quando estes foram acolhidos e também, por ser o maior responsável pelos motivos que ocasionaram o acolhimento. A genitora também evoluiu de forma satisfatória em suas atitudes relacionadas aos filhos. Pelo fato de não poder responsabilizar-se pela guarda dos mesmos, por determinação judicial, recebia a visita deles nos finais de semana, sendo garantido o direito a convivência familiar.

Os irmãos acolhidos também receberam acompanhamento das técnicas. Com eles, não foi utilizado o Programa de Qualidade na Interação Familiar (2014). Tiveram a oportunidade de aprender na prática a importância do limite, regras, respeito dentre outras formas de se comportar. Apesar das resistências iniciais, e de algumas atitudes indesejadas que ainda se manifestavam como, provocações, xingamentos e agressões físicas em relação aos outros acolhidos, porém, em menor quantidade, os irmãos evoluíram de forma satisfatória em seus comportamentos. Pelo fato das técnicas terem identificado na filha, o comportamento recorrente de mentir, esta foi encaminhada para o Setor Ambulatorial de Saúde Mental para acompanhamento psicológico, e o filho pelo fato de usar substâncias psicoativas.

Na avaliação que fizeram em relação ao pai, os irmãos contaram que perceberam grandes mudanças e que estavam felizes com a maneira que foram tratados e cuidados por ele. Disseram que o pai ficou carinhoso, começou a fazer elogios, não falava gritando, utilizava tom de voz baixo quando conversava com eles, que a forma de educar e chamar a atenção eram através da conversa e não da violência como fazia anteriormente. O pai, quando avaliou os filhos, disse que eles estavam aceitando e respeitando melhor as regras da casa e com mais facilidade, auxiliando com a organização da moradia, realizando as tarefas escolares, mas que ainda precisavam melhorar em algumas coisas, como os cuidados com os pertences individuais e arrumar a cama diariamente.

Diante de todo o trabalho realizado, concluímos que o Programa de Qualidade na Interação Familiar: manual para aplicadores, quando adaptado às necessidades das demandas encontradas no serviço de alta complexidade, em especial, no acolhimento institucional para crianças e adolescentes, se tornou um excelente instrumento de intervenção juntos das famílias acompanhadas. No caso relatado, contribuiu consideravelmente para o retorno dos filhos acolhidos ao convívio familiar, num curto período de tempo. O livro Eduque com Carinho apresentou um ótimo complemento teórico para os conteúdos trabalhados. Ainda, que a produção de conhecimento dentro do campo de atuação, contribui significativamente para nortear e avaliar o trabalho que vem sendo realizado, bem como pode servir de base para outros técnicos que também trabalham com famílias que tiveram seus direitos violados ou vínculos rompidos.

## 2. REFERÊNCIAS

BRASIL. ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília, junho de 2009.

\_\_\_\_\_. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.

\_\_\_\_\_. Lei Federal nº 12.010, de 03 de agosto de 2009. Dispõe sobre direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

WEBER, LIDIA. **EDUQUE COM CARINHO**: equilíbrio entre amor e limites. 6ª edição. Ilustrações de Bennett. Curitiba: Juruá, 2017.

\_\_\_\_\_. Ana Paula V. Salvador e Olivia J. Brandenburg. **PROGRAMA DE QUALIDADE NA INTERAÇÃO FAMILIAR**: manual para aplicadores. 2ª edição. Curitiba: Juruá, 2011.

TEIXEIRA, Maria S.. **TRABALHO COM FAMÍLIAS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**. Campinas: Papel Social, 2018.

# PROCESSOS GRUPAIS: REFLEXÕES TEÓRICAS E APROXIMAÇÕES COM O SERVIÇO SOCIAL



**LIMA, Mônica<sup>1</sup>**

**MUSIAL, Denis Cezar<sup>2</sup>**

## 1. INTRODUÇÃO

A intervenção profissional dos assistentes sociais na contemporaneidade dispõe de diversas possibilidades de instrumentais técnico-operativos. Instrumentos e técnicas estes que, além de serem necessários para a intervenção do assistente social, visam também auxiliar na compreensão e, por sua vez, no enfrentamento das demandas postas para o profissional, quando se articula a utilização desses instrumentos e/ou técnicas com o arcabouço teórico-metodológico e com a perspectiva profissional posta pelo projeto ético-político da categoria profissional.

Um desses instrumentos é a abordagem com grupo. No meio profissional se verificam

intervenções a partir de trabalhos com grupos, isto é, trabalhos com enfoque para a intervenção a partir de sujeitos que foram ali dispostos por possuírem uma identidade de grupo comum, seja ela, por faixa etária, seja por gênero ou por alguma problemática vivenciada sendo, conseqüente das expressões da questão social<sup>3</sup>.

O presente trabalho tem como objetivo discutir numa perspectiva teórica alguns desafios que os assistentes sociais enfrentam em seu cotidiano profissional, se tratando das ações voltadas para o trabalho com grupos e ações coletivas. Os processos grupais são uma ação que demandam de um maior aprofundamento por parte da categoria profissional, diante do processo histórico da profissão estar pautada na centralidade do atendimento individual.

O percurso metodológico para o desenvolvimento desse trabalho se deu através de uma revisão narrativa<sup>4</sup>, sendo um recorte da

1 Discente do 4º ano do curso de Serviço Social pela Universidade Estadual do Centro Oeste-UNICENTRO. Email: monica997419@gmail.com

2 Graduação em Serviço Social, especialista em Trabalho Social com Famílias e mestrado em Desenvolvimento Comunitário pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Atualmente, é assistente social e trabalha na Gestão do Trabalho do SUAS e Professor Colaborador da UNICENTRO. Brasil. ORCID: 0000-0001-8096-5686. E-mail: dinao58@hotmail.com

3 No que se refere às expressões da Questão Social “[...] condensam múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, relações com o meio ambiente e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural – enraizada na produção social contraposta a apropriação privada do trabalho, a “questão social” atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania (IAMAMOTO, p. 16 2009)”.

4 A revisão narrativa é um dos formatos de pesquisa bibliográfica que tem como proposta fazer uma discussão ampla de algo, sob um ponto de vista teórico ou contextual (ROTHER, 2007).

pesquisa produzida, a partir, do trabalho de conclusão de curso em Serviço Social.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Pode-se observar que a prática profissional é resultante da especialização do trabalho coletivo, previamente determinada pela divisão sócio técnica do trabalho, situando-se no âmbito das relações sociais concretas com uma dimensão historicamente determinada, que vai se particularizar em diversos campos de trabalho vinculados ao todo social. Portanto, inserido na sociedade o assistente social com ela se correlaciona, pois a prática profissional está relacionada às expressões da questão social. (BAPTISTA, 2009).

Os profissionais atuam com objetos na intervenção das expressões da questão social que se expressam nas desigualdades sociais, fruto das contradições sociais presentes na sociedade capitalista que geram o agravamento das condições de vida da população. A questão social equacionada e entendida com o objeto sob o qual incide ação do profissional está relacionada segundo Yamamoto, (1999, p. 27). Ainda, é importante frisar que no percurso histórico da profissão, o Serviço Social passa a perceber que assim, como os demais trabalhadores também é vendedor de sua força trabalho.

Atualmente as práticas e ações profissionais dos assistentes sociais, nos diversos espaços institucionais de atuação, têm-se a tendência de utilizar ações e instrumentos, deixando a sua prática voltada para o atendimento individualizado, tendo como principal característica o enfoque na entrevista e na documentação, sendo assim, aproximando o usuário para o preenchimento de normas burocráticas (TRINDADE, 2012).

No que se refere ao cotidiano profissional, Trindade (2012), trata que se pode perceber que os assistentes sociais encontram dificuldades para a realização de ações com caráter coletivo e político, por diversos motivos. Um deles pode ser porque esse trabalho exige dos profissionais, uma compreensão da dinâmica dos movimentos sociais e uma habilidade política.

Outro ponto levantado são as condições atuais de trabalho desses profissionais, que interferem diretamente nas condições concretas para a realização de ações que ultrapassem os atendimentos individualizados e que possibilitem uma aproximação e conhecimento da realidade da população usuária e suas formas de organização coletiva (TRINDADE, 2012).

Trindade (2012), ainda ressalta que as iniciativas coletivas se restringem na formação de grupos apenas no interior das instituições, mas que há demandas para que os assistentes sociais participem de atividades que são organizadas pelos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, tendo como sentido, informarem sobre os direitos e apoiarem reivindicações dos trabalhadores. Para ações profissionais mais ampliadas destaca as que são

[...] voltadas a organizações sociais que extrapolam o universo interno das instituições, destacamos outras ações e instrumentos de caráter coletivo. Os profissionais necessitam acionar instrumentos que: possibilitem uma comunicação, atinjam um maior número de pessoas, dinamizem reflexões e decisões coletivas, viabilizem o repasse de informações com potencial de multiplicação muito maior do que nos grupos específicos (TRINDADE, 2012, p. 88).

Nota-se ainda que, outra demanda de atuação que é a mobilização e a organização de conselhos de direitos e de políticas sociais, sendo que os profissionais podem estar mais próximos de várias organizações sociais, como por exemplo, as associações, as entidades e os sindicatos que existem nos municípios, podendo desenvolver habilidades políticas para tratar com os interesses dessas organizações e principalmente para promover espaços de representação e reivindicação da população.

Assim, ampliando as ações para além das que são estabelecidas dentro das instituições, colocando os profissionais diante de diversas problemáticas que se encontram na dinâmica social, exigindo dos mesmos, uma capacidade maior de mobilização de recursos sociais e de promoção de ações coletivas que contemplem maiores contingentes populacionais. Como um exemplo deste trabalho, está à participação dos assistentes sociais na realização de Conferências, bem como as de Assistência Social e de Saúde, entre outras (TRINDADE, 2012).

Percebe-se uma tensão, pela qualidade intrínseca presente na relação de objetivos delimitados pelo projeto ético-político versus a condição de assalariamento. Além disso, a autonomia profissional, para além do processo de assalariamento, também é ameaçada pelos embates institucionais que muitas vezes possuem objetivos e metas diferentes dos contidos no projeto ético-político profissional, produzindo tensionamentos entre estes. Apontando algumas competências postas ao assistente social inter relacionada ao cotidiano social, sendo que a intervenção profissional necessita

[...] competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais [que vá] além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas [...], desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho (IAMAMOTO, 2005, p. 21)

Nesse sentido, nota-se que a prática do assistente social necessita compreender que os componentes teóricos, a articulação dialética desses com a prática, ambas ensinam sobre as possibilidades e estratégias ao fazer profissional. Da mesma forma, é fundamental perceber as barreiras que a própria rotina institucional, ou seja, o cotidiano na instituição impõe para a intervenção profissional, para que a partir deles construam estratégias coletivas de superação desses mesmos limites.

Através do acompanhamento direto do trabalho realizado com grupos, foi possível perceber a potencialidade da utilização do grupo como instrumento de trabalho do profissional assistente social. Entende-se que o grupo é um espaço em que a assistente social faz enfrentamento por meio de mediações às expressões da questão social que muitas vezes são comuns a muitos usuários, coletivizando demandas apresentadas e demonstrando uma capacidade de desenvolvimento de processos reflexivos em conjunto com a população usuária.

Entretanto, foi possível observar, também, que “O grupo não é garantia do engajamento. Neste caso, as relações que aí se estabelecem podem ser meramente de reprodução das relações de dominação e de alienação da sociedade capitalista que nos rodeia”, sendo necessária uma atenção e constante avaliação sobre o trabalho desenvolvido (CARLOS, 2000, p. 4). Enfatiza-se aqui a importância de um trabalho planejado, pensado a partir da realidade daqueles sujeitos que são o

público alvo, levando em consideração as diversas demandas do grupo, podendo ser elas, individuais e/ou coletivas. Também é de extrema relevância que esse processo seja reflexivo e principalmente que seja avaliado de várias formas.

A partir disso, nota-se que o levantamento de informações realizado reforça a negação dos processos reflexivos, sendo apenas meros espaços em que são debatidas temáticas de forma pontual e caso haja alguma situação-problema, encaminha-se para a rede de proteção que age de forma isolada, sem processos reflexivos e construídos de forma coletiva.

Diversas vezes, as reflexões nos grupos acontecem isoladamente, tratando de questões específicas que envolvem a comunidade e/ou os indivíduos, sem concentrar forças que possam permitir o reconhecimento e as reivindicações individuais pautas dos movimentos sociais, pois os aspectos não são fatos isolados.

Ressalta-se que é importante pensar que os aspectos trazidos no grupo se relacionam à sua origem, com a causa das mesmas e com os porquês. Entretanto, a identificação, o reconhecer-se no outro, não deve estar limitado aos participantes do grupo, mas perceber uma pequena coletividade em coletividades ainda maiores, como parte de um todo. Ainda, é importante destacar que

[...] merece ressalva que nem sempre a abordagem grupal desencadeia um processo reflexivo que permita a construção de uma identidade coletiva entre os sujeitos/usuários e de percepção política das suas demandas. Além disso, nem sempre as demandas conseguem ser percebidas e inseridas em um cenário mais amplo de discussão que vá além do problema imediato em discussão no grupo (MIOTO; LIMA, 2011, p. 225).

Faz-se necessário compreender e refletir que diversas temáticas vão atravessar o desenvolvimento da realização de grupos com usuários é fundamental para refletir e buscar entender que a Questão Social se manifesta de diferentes formas na vida dos sujeitos. Cabe aos profissionais buscarem a compreensão sobre esse processo, pois o mesmo refletirá diretamente em seu cotidiano profissional.

Como ressalta Iamamoto (2009), a relativa autonomia dos assistentes sociais que, não detém todos os meios necessários para a efetivação do seu trabalho, isso também reflete no trabalho com grupos que muitas vezes é deixado de lado ou apenas realizado de modo paliativo, não havendo uma finalidade do grupo e das ações que são realizadas no mesmo. Como já frisado no decorrer deste trabalho esses profissionais contam com diversos fatores que dificultam a efetivação e realização do seu trabalho. Ao efetivo exercício da profissão se agrega um conjunto de

[...] determinações e mediações no trabalho profissional mediado pela compra e venda dessa força de trabalho especializada às instituições empregadoras de diferente natureza: estatais, empresariais, organizações privadas sem fins lucrativos e representações de trabalhadores. Essas relações estabelecidas com sujeitos sociais distintos condicionam o processamento do trabalho concreto cotidiano e significado social de seus resultados, ao mesmo tempo em que impregnam essa atividade dos constrangimentos do trabalho alienado (IAMAMOTO, p. 31, 2009).

São esses que delimitam, nos mais variados graus, a autonomia profissional na direção social desse exercício, com incidências na sua configuração técnico-profissional. Portanto, acaba sendo

uma combinação de fatores, como por exemplo, múltiplos vínculos, jornada de trabalho reduzida, demandas emergenciais, excedente de demandas, aceitação das demandas pontuais e burocrático-administrativas decorrentes dos acordos sobre o cumprimento da carga horária de trabalho, baixa experiência política dos profissionais, correlação de forças e de poder, divergências e conflitos institucionais, a venda da força de trabalho entre outros.

Diante disso, Iamamoto (2009), destaca que os assistentes sociais em seu trabalho cotidiano se deparam com diversas situações particulares e singulares vivenciadas pelos indivíduos e por suas famílias, também por grupos e segmentos populacionais, sendo assim, são atravessadas por determinações de classes. Ainda a autora enfatiza que esses profissionais são desafiados a extrair da vida dos sujeitos singulares que atendem as dimensões que se concretizam, podendo ser elas, universais e particulares, sendo assim,

[...] como condição de transitar suas necessidades sociais da esfera privada para a luta por direitos na cena pública, potenciando-a em fóruns e espaços coletivos. Isso requer tanto competência teórico-metodológica para ler a realidade e atribuir visibilidade aos fios que integram o singular no coletivo quanto à incorporação da pesquisa e do conhecimento do modo de vida, de trabalho e expressões culturais desses sujeitos sociais, como requisitos essenciais do desempenho profissional, além da sensibilidade e vontade políticas que movem a ação (IAMAMOTO, p. 33, 2009).

Dito isso, foram pertinentes as discussões envolvendo os grupos, os processos desse trabalho na intervenção e no cotidiano profissional, pois tudo está interligado. Se de um lado o profissional pode ser falho em sua atuação por diversos motivos já abordados no decorrer deste trabalho. De outro lado encontramos opositores nos empregadores desses profissionais, sendo eles, públicos ou privados.

Sendo assim, os mais prejudicados de todas as formas possíveis é a classe trabalhadora, que é menos favorecida e mais vulnerável, assim acabam não conseguindo acessar os direitos básicos de que são assegurados, se ampliando assim, ainda mais as diversas formas de expressões da questão social.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir deste recorte, foi possível perceber que o assistente social, enquanto trabalhador que vende sua força de trabalho, o que também interfere em suas práticas, acaba se vendo entre os objetivos delimitados pelo projeto ético-político e sua condição de assalariado, sendo assim, vivenciando em seu cotidiano a correlação de forças dentro dos diversos espaços institucionais de atuação.

Atualmente mesmo com os avanços em seu campo profissional, os assistentes sociais se vêem muitas vezes sobrecarregados pelas demandas imediatas, a cada dia mais o capitalismo cruelmente interfere na vida de inúmeros indivíduos, assim aumentando significativamente as expressões da questão social, as quais interferem de modo direto na prática e intervenção profissional.

A partir disso, observamos que na atualidade parte dos assistentes sociais ainda demonstram certa resistência na utilização desse instrumento. Uma das possíveis respostas para isso seria a de que essa resistência existiria em função de uma suposta associação dessa técnica ao contexto do Serviço

Social Tradicional ou ainda, devido às condições de trabalho desses profissionais.

Resultante disso, a própria alienação em si que pode ser também resultado de todos esses opositores citados. Tudo isso faz com que o profissional muitas vezes não consiga refletir sobre o processo que o mesmo está inserido, nem mesmo sobre essas demandas emergências e excedentes e menos ainda no que refere à correlação de forças e de poder.

No entanto, percebe-se que os processos grupais são uma prática distante do cotidiano profissional, diante de múltiplas interferências, tanto externas (precariedade no trabalho, ausência de formação continuada) como intrínsecas no processo formativo. Entretanto, essa atuação depende de uma formação reflexiva e crítica.

#### 4. REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Myrian Veras. Prática Social/Prática profissional: a natureza complexa das relações cotidianas. In: Myrian Veras Baptista; Odária Battini.. (Orgs.). A prática profissional do Assistente Social: teoria, ação e construção do conhecimento. São Paulo: Veras Editora, 2009.

CARLOS, Sérgio. O processo grupal. In: JACQUES, Maria da Graça et al. **Psicologia social contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2000.

IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na cena contemporânea. In: ABEPSS. (org.). **Serviço Social – Direitos Sociais e Competência Profissionais**. 1 ed. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na Contemporaneidade-trabalho e formação profissional**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Ações sócio-educativas e serviço social: características e tendências na produção bibliográfica. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n.21, p.211-237, jan./jun. 2011.

RUTHER, Edna Terezinha. Editorial: Revisão sistemática x revisão narrativa. Revista Acta paulista de Enfermagem. vol.20 no.2 São Paulo Apr./June 2007.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos, BACKX, Sheila, GUERRA, Yolanda (organizadoras). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juíz de Fora: ed. UFJF, 2012.

# TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS: UM ENFOQUE PARA OFICINA DE FAMÍLIAS REALIZADA NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL LAGOA DE IRATI/PR



**KUBILINSKI, Simone Aparecida<sup>1</sup>**

**PÚBLICO ALVO**

**ZARPELON, Mariane<sup>2</sup>**

Famílias em situação de vulnerabilidade social, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros), e/ou fragilização de vínculos familiares e comunitários.

**PAULA, Cristiane de<sup>3</sup>**

Beneficiários de Programas Sociais e de Transferência de Renda, localizados nos índices de extrema pobreza.

### HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O campo de estudo e atuação é o CRAS Lagoa de Irati/PR, o qual foi implantado em 26/02/2008, atende doze bairros e onze comunidades rurais, sendo: Alto da Lagoa, Jardim das Américas, Cruzeiro do Sul, Lagoa, Vila Raquel, Conjunto Santo Antônio, São Pedro, Jardim Flanboiant, Jardim Kennedy, Jardim Orquídea, São Miguel, Vila Verde, Jardim Virgínia, Guamirim, Arroio Grande, Água Clara, Cerro do Leão, Faxinal dos Antônio, Faxinal do Neves, Pedra Preta, Pirapó, Rio Corrente, Rio Preto e Taquari. Totalizando 2.140 famílias referenciadas a este serviço, desde então, a equipe técnica desenvolve ações que compõem o Programa de Atenção Integral à Família, e o relato de experiência é da realização de oficina de famílias.

### PERÍODO

Realizou-se a oficina de famílias pela equipe técnica de referência no período de janeiro de 2019 a setembro de 2019.

### METODOLOGIA

O PAIF constitui de processos essenciais para o desenvolvimento, esta organização está baseada em dois eixos estruturantes do SUAS: matricialidade sociofamiliar e a territorialização. (BRASIL, 2012, p.9).

1 Graduação em Serviço Social e Assistente Social do CRAS Lagoa.

2 Graduação em Psicologia pela UNICENTRO e Psicóloga do CRAS Lagoa.

3 Graduação em Pedagogia pela UNICENTRO e Coordenadora do CRAS Lagoa.

As oficinas com famílias propiciam a problematização e reflexão crítica das situações vividas em seu território, além de questões muitas vezes cristalizadas, naturalizadas e individualizadas. Elas possibilitam o entendimento de que os problemas vivenciados particularmente, ou por uma família, são problemas que atingem outros indivíduos e outras famílias reconhecendo, desta forma, nas experiências relatadas alternativas para seu enfrentamento. Buscam, ainda, contextualizar situações de vulnerabilidade e risco e assegurar a reflexão sobre direitos sociais, proporcionando uma nova compreensão e interação com a realidade vivida, negando-se a condição de passividade, além de favorecer processos de mudança e de desenvolvimento do protagonismo e da autonomia, prevenindo a ocorrência de situações de risco social (Orientações Técnicas sobre o PAIF, Vol. 02, p. 24, 2012).

A equipe técnica é de extrema importância para realização de oficina de famílias, viabilizando acesso a direitos de cidadania, bem como busca compreender a realidade de cada contexto familiar. Além disso, planeja juntamente com as famílias objetivando ações de prevenção, proteção e proatividade.

A descrição das ações que compõe o Programa de Atenção Integral a Família – PAIF seguem abaixo:

<b>Ações</b>	<b>Periodicidade</b>	<b>Local</b>	<b>Recursos Humanos</b>
Busca Ativa	Diariamente no horário de funcionamento do CRAS	No CRAS ou no domicílio da família	Assistente Social, Pedagogo, Psicólogo
Acolhida Particularizada	Diariamente no horário de funcionamento do CRAS	No CRAS ou no domicílio da família	Assistente Social, Pedagogo, Psicólogo
Atendimento Particularizado	Diariamente no horário de funcionamento do CRAS	No CRAS ou no domicílio da família	Assistente Social, Pedagogo, Psicólogo
Acompanhamento Particularizado	Diariamente no horário de funcionamento do CRAS	No CRAS ou no domicílio da família	Assistente Social, Pedagogo, Psicólogo
Encaminhamentos	Diariamente no horário de funcionamento do CRAS	No CRAS ou no domicílio da família	Assistente Social, Pedagogo, Psicólogo
Acolhida em Grupo	Conforme a demanda do território e planejamento do CRAS	No CRAS e/ou em espaços parceiros na área urbana e rural	Assistente Social, Pedagogo, Psicólogo
Oficina com Famílias	Mínimo de 01 (uma) ação por mês	No CRAS e/ou em espaços parceiros na área urbana e rural	Assistente Social, Pedagogo, Psicólogo

Visita Domiciliar	Diariamente no horário de funcionamento do CRAS	No domicílio da família	Assistente Social, Pedagogo, Psicólogo
Visita Institucional	Diariamente no horário de funcionamento do CRAS	Nas Instituições	Assistente Social, Pedagogo, Psicólogo
Ações Comunitárias	Trimestralmente ou de acordo com a demanda	No território de Abrangência do CRAS	Assistente Social, Pedagogo, Psicólogo
Desligamento	Diariamente no horário de funcionamento do CRAS	No CRAS ou no domicílio da família	Assistente Social, Pedagogo, Psicólogo

Dentre as ações que compõe o PAIF, neste trabalho será o enfoque para as oficinas de famílias que acontecem mensalmente no CRAS Lagoa, através de encontros realizados pela equipe técnica e/ou profissionais com conhecimento e domínio da temática que foi trabalhada. Porém, o relato de experiência será de um período de 09 meses de acordo com o cronograma destacado abaixo para melhor visualizar as temáticas trabalhadas juntamente com as famílias:

<b>MÊS</b>	<b>TEMA</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
JANEIRO	Planejamento	Elaboração do Plano das ações do PAIF
FEVEREIRO	Acolhida e Fortalecimento do Grupo	Integração dos participantes do grupo e o levantamento das demandas;
MARÇO	Prevenção e Combate à Dengue	Parceria com a UBS do bairro Lagoa foi realizada uma palestra com os agentes de endemia;
ABRIL	Benefícios e Serviços ofertados pelo CRAS como Direito	Roda de conversa com informações sobre os serviços e benefícios ofertados pelo CRAS;
MAIO	Combate ao Abuso e Exploração de Sexual de Crianças e Adolescentes	Roda de conversa no CRAS e uma ação comunitária alusiva ao dia 18 de maio no Bairro Lagoa e Alto da Lagoa;
JUNHO	Festa Junina	Resgate histórico e cultural das festas juninas;
JULHO	Reforma da Previdência	Informação para as famílias sobre a Direitos Trabalhistas e Mudanças na Reforma da Previdência
AGOSTO	XII Conferência Municipal de Assistência Social	Pré-conferência e mobilização dos usuários do SUAS para participar da Conferência como forma de participação social e garantia de direitos;
SETEMBRO	Setembro Amarelo	Projeto de Valorização da Vida para despertar autoconhecimento e perspectivas com relação ao autocuidado, incentivo a procura de ajuda profissional para promoção da saúde mental;

## RECURSOS HUMANOS

A equipe técnica que participou desta experiência é (01) assistente social, (01) psicólogo e (01) pedagoga/coordenadora, além de parcerias em alguns encontros com profissionais da área da saúde e da educação do município de Irati.

## RECURSOS DIDÁTICOS E METODOLÓGICOS

O Centro de Referência da Assistência Social CRAS Lagoa, utiliza a metodologia de rodas de conversa, palestras, técnicas grupais e a Justiça Restaurativa, especificamente os círculos de construção de paz. Utiliza-se o círculo das práticas restaurativas como instrumento para abordar temas relevantes, dialogando sobre situações, vivências e a realidade dos usuários do CRAS, e a partir disso estabelecer estratégias para melhorar a qualidade de vida e garantir os direitos dos participantes.

## RESULTADOS ALCANÇADOS

Por meio da realização das oficinas de famílias constatou-se a mobilização social, protagonismo da comunidade e fortalecimento de vínculos entre as famílias do território, proporcionando sentimento de coletividade e organização comunitária (incentivo as associações de bairro e líderes comunitários).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oficina com famílias no CRAS Lagoa é realizada de forma contínua, com o propósito de direcionar as necessidades das famílias para o campo das políticas públicas, enfatizando que a situação vivenciada de vulnerabilidade não é somente de uma ou outra família, mas sim de uma demanda coletiva que necessita de acesso a direitos para transformação desta realidade.

Ressaltamos que os encontros planejados e organizados pelos técnicos de nível superior com o objetivo de alcançar resultado a curto prazo, levando a uma reflexão sobre temáticas de interesse da família, sendo a oficina de famílias uma das ações mais importantes do PAIF.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Trabalho Social com Famílias**. Excelência na Gestão do SUAS. Acesso em: 09 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.blog.gesuas.com.br/trabalho-social-com-familias-no-paif/>.

BRASIL. **Orientações Técnicas sobre o PAIF**. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 1ª Edição, Brasília, 2012.

# A PEDAGOGIA SOCIAL DIANTE DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: DIALOGANDO COM FAMÍLIAS, ESPAÇOS E CONTEXTOS



**QUADROS, Sheila Fabiana de Quadros<sup>1</sup>**

**RODRIGUES, Vanessa Elisabete Raue<sup>2</sup>**

**OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva<sup>3</sup>**

### INTRODUÇÃO

A educação ocorre em diferentes espaços e em diferentes momentos da vida de todo sujeito que convive socialmente. Nesse contexto, é importante refletirmos o papel do pedagogo diante da Pedagogia social, a qual encontra respaldo de trabalho nas demandas que emergem da própria realidade vivida pelos sujeitos.

Um dos espaços de atuação do pedagogo social se dá no trabalho com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e risco social, muitos estando sob a custódia do Estado por meio do processo de acolhimento institucional.

Nesse prisma, a Pedagogia social emerge articulada a um trabalho junto de crianças e

adolescentes e suas respectivas famílias, trabalho esse que se desenvolve em parceria com outros profissionais que integram as equipes técnicas de atendimento. Assim, o presente texto chama o leitor à reflexão das possibilidades de intervenção junto ao meio institucional, tendo destaque a atuação do pedagogo social enquanto promotor desses direitos.

### A PEDAGOGIA SOCIAL DIANTE DA NOVA PERSPECTIVA DE FAMÍLIA: CONCEITOS E DIÁLOGOS SOBRE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

A sociedade da qual fazemos parte reflete uma organização histórica, social, política e cultural que se altera paulatinamente a partir dos fatores de intervenção diante desse quadro estrutural.

Nesse sentido, pensar em trabalho junto de famílias requer especial cuidado, pois estaremos tratando de sujeitos em situações diversificadas, cada um com sua cultura individual, suas

1 Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG, professora do Departamento de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-Oeste/UNICENTRO-Campus de Irati. e-mail: [sheilafquadros@gmail.com](mailto:sheilafquadros@gmail.com). Fone (042) 99982-5909

2 Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG. Professora do Departamento de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-Oeste UNICENTRO. Campus de Guarapuava-PR. e-mail: [vanessaraue-rodrigues@gmail.com](mailto:vanessaraue-rodrigues@gmail.com)

3 Doutora em Filosofia e Ciências da Educação - Universidade de Santiago de Compostela Professora Associada da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora do Programa de pós Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) na UEPG, na linha de História e Políticas Educacionais. e-mail: [soliveira13@uol.com.br](mailto:soliveira13@uol.com.br)

particularidades, as quais podem ser observadas a partir da socialização e contato direto entre os mesmos. Assim, para que possamos de fato compreender como se estabelecem as relações e o trabalho junto de famílias e, em especial de famílias que possuem situações de acolhimento institucional, faz-se necessário refletir sobre a atual conjuntura social que contemplam as famílias, principalmente no que tange à ruptura com antigos estigmas sobre as mesmas.

Ainda, para se articular com clareza e amplitude essas relações entre família sociedade, Estado e as instituições de acolhimento, foco desse trabalho de pesquisa, faz-se necessário a discussão sobre o próprio papel da família diante desse quadro social, iniciando nosso diálogo pelo respaldo legal que nos orienta que,

A família é defendida pela Constituição Federal Brasileira como sendo a base da sociedade (BRASIL, 1988, art. 226). Essa legislação afirma que: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, art. 227).

Dessa forma, podemos iniciar nossa reflexão articulando os conceitos estudados nessa pesquisa, que envolvem família, acolhimento institucional e seus desdobramentos junto ao trabalho das equipes multidisciplinares, com ênfase na Pedagogia social.

Conforme visualizamos, na Constituição Federal de 1988 observamos um marco conceitual acerca da família, imprimindo à mesma a ideia de base. Portanto, a família, considerada base da sociedade, deve se estabelecer a partir de princípios de respeito, independente da estrutura que cada uma apresenta. Assim, iniciaremos a discussão partindo do pressuposto de que toda união entre pessoas no sentido de convivência comum se constitui família.

A Constituição Federal (1988) ainda prevê, junto ao artigo supracitado, a convicção de que ao Estado se estabelece a função de enunciar o apoio necessário para que nenhuma criança ou adolescente receba o atendimento necessário em todas as suas necessidades, o que implica num dado apoio às famílias como um todo no sentido de suprir as necessidades dos mesmos sempre que necessárias.

Partindo da premissa de cuidado, proteção e vivência saudável, temos como ideia central que nenhuma criança ou adolescente deverá sofrer qualquer forma de violação de direitos, ainda que cada família possua características diferenciadas de acordo com cada demanda em particular, e assim, devendo ser respeitadas em suas diferenças e afins.

Ocorre que, em alguns momentos da vida de algumas crianças e adolescentes situações diversas se apresentam e implicam na ausência ou na fragilidade desses direitos, culminando no acolhimento institucional dos mesmos em razão dessas situações de vulnerabilidade social ou violação de direitos.

Vale ressaltar que antes de ocorrer o processo de acolhimento é necessário que haja um entendimento entre todos os pares que atuam junto dessas demandas buscando o melhor atendimento de crianças e adolescentes priorizando a manutenção na família nuclear, caso exista ou família extensa, desde que possível. Assim, antes de acontecer o acolhimento institucional é necessário que

se esgotem todas as possibilidades de atenção à criança e/ou adolescente para que esse possa usufruir do direito à convivência familiar.

De acordo com o ECA (BRASIL, 1990), observamos que “É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral”.

Nesse sentido, temos que atentar ao fato de que para pensar o processo de acolhimento institucional é necessário caminhar pelas diferentes formas de família constituídas como tal e das formas de intervenção em cada caso em específico pelos pares que atuam junto ao sistema de proteção e direitos.

De acordo com Rizzini (2006) ainda que as famílias se encontrem fragilizadas, as mesmas possuem diferentes potencialidades das quais necessitam para a criação de seus filhos, sendo de extrema importância o apoio de outros atores quando necessário.

Nesse contexto, já nos primeiros sinais de que a família se encontra em situação de fragilidade, vulnerabilidade ou risco social faz-se necessário que se encontrem as melhores oportunidades de intervenção que sejam capazes de evitar a institucionalização de crianças e adolescentes. Assim, tomando a premissa de família enquanto base da sociedade, teremos um quadro social em que são necessários esforços de todos os envolvidos no sentido de promover o planejamento de ações, programas e outros focando a garantia da política de direitos, e que, acima de tudo, possam viver, crescer de forma saudável em um ambiente que os assegure o desenvolvimento pleno e integral.

No Brasil, foi publicado em 2006 o denominado Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à convivência familiar e comunitária, o qual possui como objetivo maior “favorecer nas três esferas públicas, guardadas as atribuições e competências específicas, o desenvolvimento pleno das famílias e a proteção aos vínculos familiares e comunitários.” (BRASIL, 2006b, p. 21).

Conforme observado, esse documento, articulado às preconizações do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), demonstram a ideia de superação de um estigma social que coloca as famílias num espaço que desconsidera suas condições de prover os cuidados básicos em relação aos seus filhos. Assim, estaremos atuando diante de uma possibilidade que considera as políticas públicas, geralmente sem o fomento necessário para garantir e assegurar a empregabilidade, a saúde, a educação, dentre outras mínimas condições de vida às famílias como um todo.

Trata-se de um importante material que deve nortear ações públicas, assim como as instituições de acolhimento, quando a criança ou o adolescente estiver nesses espaços. Por exemplo, manter proximidade com a família, nesse último caso, assim como com alguns elementos importantes da vida anterior da criança ou do adolescente, é imprescindível para que sejam mantidos os vínculos existentes com a família (CHESINI, 2015, p.28)

Nessa perspectiva, estaremos tratando de um olhar diferenciado em relação à constituição das famílias como um todo bem como das formas de interagir diante do quadro e estrutura familiar que cada contexto individual apresenta. Nesse sentido, estaríamos superando uma ideia conservadora de

família num único estereótipo, e ofertando espaço para organizar diferentes formas de contribuir com a melhor alternativa para cada unidade atendida pela esfera pública, como, por exemplo, os órgãos de proteção.

De fato, a sociedade como um todo espera e vincula sua percepção junto a um formato de família patriarcal, que se manteve durante muitos anos sob o aspecto da família ideal, desconsiderando todas as outras formas de se estabelecer uma família, por laços consangüíneos ou não.

Além da preconização legal, outros estudiosos da área social identificam e defendem a família como sendo um dos maiores ou principais meios da criança socializar e se desenvolver de maneira saudável, o que não expõe uma realidade total, pois muitas crianças e adolescentes crescem em outros ambientes que não aqueles da família nuclear, por razões diversas que vão desde a perda dos pais ou questões que envolvem situações de risco social, como a violência.

Nesses casos, ponderamos quanto à preconização legal que nos atenta ao fato do direito violado e a imposição das chamadas medidas protetivas, ou medidas de proteção, as quais em algumas situações desencadeiam ações junto das famílias que extrapolam o simples atendimento domiciliar ou em equipes de programas de proteção. Em alguns casos, há inevitavelmente o afastamento da criança ou adolescente da família enquanto a situação de violência não se extingue. De acordo com CHESINI (2015, p.28),

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), uma das medidas de proteção legais, que deve ser provisória e excepcional, é o acolhimento em instituição. Para situar essa medida de proteção, cabe o entendimento de que os órgãos que constituem o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Brasil, são estruturados, pela Resolução CONANDA n. 113 (BRASIL, 2006c), em três eixos estratégicos de ação, quais sejam: defesa dos direitos humanos, sua promoção e o controle de sua efetivação.

Dessa maneira, e buscando sempre a efetivação e preservação dos direitos da criança e do adolescente no que tange à convivência familiar, deve ser tentada todas as formas de permanência na família, porém, quando essa não é possível, ou não é possível em dados momentos de sua vida, faz-se necessário que sejam estipuladas as medidas protetivas cabíveis para cada caso em específico. Assim, pontuamos a garantia de acesso à justiça, determinada pela atuação dos Órgãos públicos, como o Poder Judiciário, Ministério Público, defensorias em geral, Conselhos Tutelares e ouvidorias. Articulados a essas esferas de atuação, encontramos os serviços e programas voltados para as políticas públicas, visando efetivar a garantia de direitos humanos e da garantia integral dos direitos das crianças e adolescentes.

Art. 17. Os serviços e programas de execução de medidas específicas de proteção de direitos humanos têm caráter de atendimento inicial, integrado e emergencial, desenvolvendo ações que visem prevenir a ocorrência de ameaças e violações dos direitos humanos de crianças e adolescentes e atender às vítimas imediatamente após a ocorrência dessas ameaças e violações. § 1º Esses programas e serviços ficam à disposição dos órgãos competentes do Poder Judiciário e dos conselhos tutelares, para a execução de medidas específicas de proteção, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente; podendo, todavia receber diretamente crianças e adolescentes, em caráter excepcional e de urgência, sem previa determinação da autoridade competente, fazendo, porém a devida comunicação do fato a essa autoridade, até o segundo dia útil imediato, na forma da lei citada. (BRASIL, 2006c, Art. 17).

Nesse sentido, os referidos programas de atenção à criança e ao adolescente primam pelo bem estar dos mesmos de maneira integral, e independente a que Órgão estejam vinculados, os mesmos precisam se atentar ao fato de que os vínculos familiares sejam rompidos, ainda que existam divergências na dinâmica familiar. Quando não existem possibilidades de manter as crianças e adolescentes no seio familiar, em última instância, é indicado o processo de acolhimento institucional, onde os mesmos são retirados da família e colocados momentaneamente em casas de acolhimento, geralmente vinculadas à esfera pública e mantidas pelo poder estatal. Segundo CHESINI (2015, p.29),

é nesse segundo âmbito que se encaixam as instituições de acolhimento, à disposição dos Conselhos Tutelares e Poder Judiciário, para que medidas de proteção à criança e ao adolescente possam ser aplicadas a essas vítimas. Por fim, o controle da efetivação dos direitos humanos, cabe às instâncias públicas colegiadas próprias, com a participação de entidades sociais ao lado dos órgãos governamentais.

Diante dessa realidade, constatamos que as referidas instituições funcionam mediante acompanhamento de equipes técnicas de atendimento, geralmente vinculadas à esfera pública de atenção ao sistema de garantia de direitos, e assim, se colocam ao acompanhamento do Ministério Público e Judiciário. Dessa maneira, para que as medidas protetivas funcionem e de fato garantam a efetividade do trabalho a ser desenvolvido junto dos sujeitos em processo de proteção, depende da interação entre todos os atores envolvidos no processo de atendimento.

Conforme Junqueira (2012) citado por CHESINI (2015, p.29) ,

esse sistema, para ser efetivo, depende da interação entre seus atores, com seus instrumentos e espaços institucionais. Se a execução de medidas protetivas, no âmbito da promoção dos direitos humanos do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil, visa à garantia integral dos direitos de crianças e adolescentes, é preciso analisar cuidadosamente se seus direitos estão de fato sendo integralmente garantidos.

Nesse prisma, são vários os profissionais que articulam a rede de atenção à criança e ao adolescente, somando equipes integradas por Assistente social, Psicólogo, Pedagogos entre outros a depender das formas de atendimento que se pretende ou necessita fazer. Assim, as instituições de acolhimento institucional seguem a regulamentação legal e as diretrizes e orientações acerca do processo de acolhimento. Assim, reconhecer o profissional em Pedagogia diante dessas instituições significa o entendimento de que há necessidade de educação nesses espaços. Segundo CHESINI (2015, p.30)

Situada a legislação brasileira que normatiza o acolhimento institucional, avançar-se-á nesse universo para ampliar a compreensão do funcionamento das instituições. O estatuto supracitado é destinado a crianças e adolescentes, público esse definido no primeiro artigo da referida lei (BRASIL, 1990), logo, as instituições de acolhimento atendem pessoas de zero até dezoito anos de idade, pois a mesma legislação define a idade de criança como sendo até doze anos incompletos, e adolescente dos doze aos dezoito anos de idade. Mediante acolhimento, a guarda das crianças e dos adolescentes passa a ser do dirigente da entidade. Quanto ao tempo de acolhimento, por tratar-se de uma medida excepcional e provisória não deve exceder dois anos, afinal, “toda criança ou adolescente tem o direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta” (BRASIL, 1990).

Acreditamos que a preservação dos vínculos familiares é primordial, porém, nos casos em que existe a necessidade de manter a criança e/ou adolescente no acolhimento, é importante que se atente aos cuidados necessários com esse grupo bem como que se evidenciem as condições de tratamento e andamento de cada caso em específico, dependendo das condições em que cada realidade se aproxima.

Dessa forma, precisamos atentar ao fato de que a constituição familiar se altera em cada contexto, e as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social demandam um contingente que, sem acesso a bens de produção e socioculturais, questões de ordem da sobrevivência emergem como desafios a serem vencidos diante das problemáticas de cada contexto em si, culminando na necessidade de intervenção sempre que se faça necessário, principalmente quando se trata de atendimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social. “São crianças e adolescentes privados do pleno exercício de seus direitos. São cidadãos sem escolha ou poder de decisão que formam um aglomerado de nossos produtos sociais indesejáveis.” (JUNQUEIRA, 2012, p. 37).

Corroborando com esse posicionamento a ideia de que quando uma criança ou adolescente é acolhida, a mesma se torna responsabilidade dos órgãos de proteção, havendo necessidade de intervenção junto da família como um todo. Rizzini (2006) destaca que a situação de pobreza e vulnerabilidade social incitam uma retomada de atitude em relação ao atendimento dessas demandas, representando um desafio a ser vencido quando estamos tratando de um sistema e de situações diversas que debilitam as famílias quanto ao cumprimento de seu papel de cuidador de seus filhos, falhando em sua responsabilidade parental.

Nesse contexto, as instituições de acolhimento precisam atentar ao fato do sistema de proteção e da garantia de direitos, ressaltando que as instituições de acolhimento se inserem na dinâmica de funcionamento preconizada no Sistema Único da Assistência Social (SUAS), o qual trata sobre as modalidades de trabalho bem como das normativas específicas que delineiam o referido trabalho. Ainda, é importante ressaltar que as instituições de acolhimento integram os serviços denominados de Alta complexidade do SUAS, pois as crianças e adolescentes são retirados de sua convivência familiar, estando sob a custódia do Estado, por meio de seus pares, envolvendo alimentação, higiene, moradia e trabalho protegido para todos os indivíduos e famílias que sejam retirados de seu núcleo familiar.

De maneira detalhada, podemos dizer que a constituição de equipes técnicas de atendimento junto ao processo de acolhimento institucional ocorre desde o ingresso da criança ou adolescente junto ao meio, sendo que geralmente os mesmos vem encaminhados pelo Conselho Tutelar, que é o órgão responsável por tal feito, desde que constatadas as situações de risco social. Nesse sentido, as equipes passam a atuar junto do(a) acolhido e da família como um todo, na busca incessante de preservação de vínculos familiares e manutenção dos mesmos mesmo com a situação de separação da família.

Nesse prisma, as equipes, geralmente constituídas minimamente por Assistente social, Psicólogos e Pedagogos, focam seus olhares na melhor forma de agir junto da família em sentido integral. Nesse momento, os profissionais precisam se despir de estereótipos sociais que indiquem

discriminação, pois estaremos tratando de fragilidades encontradas e expostas de diferentes núcleos familiares.

O profissional que atua nessas instituições ou casas de acolhimento, desenvolve seu trabalho de maneira multidisciplinar, e apesar das particularidades de cada área do conhecimento, somam esforços no sentido de melhor atender cada caso de forma única. Portanto, o profissional da Pedagogia atua na perspectiva da Pedagogia social, que é uma das possibilidades de atuação da esfera não-formal, a qual viabiliza trabalho pedagógico para além dos espaços do sistema escolar.

Segundo Caliman (2010, p. 345),

Sobretudo a partir dos anos 60 teceram profundas mudanças metodológicas. O que queremos ressaltar no presente momento são as características dessa mudança: ela nasce do recrudescimento das necessidades, conflitos, urgências, com consequente resposta institucional a tais situações que requerem uma ação organizada; constata-se um aumento do número de instituições socioeducativas; conseqüentemente cresce o número dos educadores sociais envolvidos; nota-se uma diversificação na tipologia ou modalidades de atendimento; acontecem grandes mudanças metodológicas, com a reformulação dos projetos educativos de programas antigos baseados no assistencialismo e na ação caritativa; cresce também a demanda por formação específica no âmbito da educação social.

De acordo com o autor, a Pedagogia social surge articulada às necessidades do meio social bem como dos conflitos sociais que emergem quando há alguma situação de vulnerabilidade e/ou risco. Assim, o pedagogo social atua nos eixos da prevenção e da atuação de resgate de vínculos quando necessário.

Em meio institucional, conta-se com o trabalho desse profissional, o qual atua junto das equipes multidisciplinares, oportunizando a melhor forma de atenção às crianças e adolescentes acolhidos.

O atendimento nos espaços dessas instituições precisa ocorrer em pequenos grupos bem como de forma individual, pois existe a necessidade de se apropriar de cada situação buscando coletivamente a melhor solução para cada caso em específico. Assim, será um trabalho individual, de atenção prioritária, atendendo a um regime de educação social, com a participação da família sempre que possível.

Caliman (2010, p. 347),

Para que possamos definir o ambiente de atuação da Educação Social que se está construindo no Brasil precisamos primeiramente definir de qual concepção de Pedagogia Social e de Educação Social partimos em nossa reflexão. Historicamente essas concepções se sucederam, umas ao sabor das ideologias políticas (como doutrina da educação política dos indivíduos), reações a tendências filosóficas individualizantes (sociologismo pedagógico); como necessidade de promover uma sociedade educadora; outras como resposta às demandas socioeducativas provenientes dos conflitos inerentes à realidade social (pedagogia social crítica).

Nesse sentido, tomaremos como premissa, nesse trabalho junto das famílias e das crianças e adolescentes acolhidos, uma postura crítica do profissional da Pedagogia social, onde atuará a partir das demandas reais que sucederam cada caso em específico.

Quanto às famílias das crianças, podemos dizer que o pedagogo social atua diante de contextos de reinserção no meio familiar, sempre que possível, a partir das discussões dos casos, diálogo constante entre as equipes, pois cada área profissional conserva sua essência no que tange aos cuidados com o andamento da medida protetiva. Assim, eles não estarão meramente se adaptando, e sim, sendo trabalhado com a família como um todo, independente da constituição de suas particularidades.

não se trata de trabalhar somente na socialização/adaptação do indivíduo, mas de infundir neles uma atitude crítica capaz de provocar mudanças e transformações na sociedade. Não se trata de promover adaptação e acomodação à sociedade, mas de promover a mudança na mesma. Para o autor, não basta cultivar a relação entre educador e educando mas de modificar as condições sociais geradoras de conflito; não se trata de exercer um papel de controle social sobre a juventude, mas fazer com que os jovens sejam participantes da própria educação. Mollenhauer via na família a promotora da transmissão da cultura e dos valores. Enquanto a escola se ocuparia da dimensão cognitiva, a Pedagogia e a Educação Social promoveriam a integração em ambientes e situações de conflito social e de risco. (CALIMAN, 2010, p.350).

O pedagogo atua junto da equipe tanto com as crianças e adolescente como com suas famílias, como, por exemplo, na constituição de grupos parentais que integrem a retomada dos vínculos quando esses se encontram rompidos bem como no estabelecimento de novos vínculos sempre que necessário diante da perspectiva de desligamento e colocação em família substituta, ou seja, uma família que possa exercer os cuidados básicos nos momentos em que a família de origem não estiver em condições para tal.

Desde o início do processo de acolhimento, as crianças e adolescentes passam pelo atendimento individualizado junto à equipe técnica, e a parte de atenção pedagógica trabalha inclusive acompanhando também o processo de desenvolvimento escolar, visto que a fragmentação dos vínculos gera inquietação e interfere diretamente no desempenho escolar dos mesmos.

Uma das atividades de maior ênfase em que o pedagogo social atua é em relação à elaboração do Plano Individual de Atendimento das crianças (PIA), o qual integra o texto das Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, o qual é elaborado já na entrada dos mesmos no processo de acolhimento, tendo como premissa o conhecimento integral do caso pela equipe bem como as orientações de todo o trabalho a ser desenvolvido no decorrer do acolhimento. Tal documento enfatiza que,

Orientam que os acolhidos e suas famílias participem desse processo, junto com os técnicos da instituição e outros integrantes da rede, para ajudar a planejar os encaminhamentos que levem à superação das razões que conduziram ao acolhimento. Outra orientação que se aproxima do estatuto é o acompanhamento da família de origem, para apoiar a família na reintegração e até mesmo para prevenir futuros afastamentos. (CHESINI, 2015, p.34)

O documento orienta questões preconizadas no Estatuto da Criança e do Adolescente, como priorizar o contato da criança/adolescente com a família de forma a otimizar as relações parentais, tanto na família de origem como na família extensa quando o caso exige ressaltando “o contato da criança ou adolescente com seus pais e parentes” (BRASIL, 1990, Art. 92, inciso IX, § 4), orientações essas que são defendidas pelo ECA.

De maneira bastante resumida, podemos dizer que o pedagogo social atua diante de uma

perspectiva de rompimento de estereótipos e vencimento de desafios, os quais emergem junto ao meio social de cada sujeito em processo de acolhimento. No trabalho junto das instituições e em especial com a famílias dos acolhidos(as), há prioridade em primar pelo bem estar da criança e adolescente, elaborando um plano de atendimento pedagógico e de total acompanhamento do desenvolvimento integral dos mesmos, a participação da vida escolar, a integração em diferentes grupos sociais, a preservação dos vínculos familiares, dos vínculos de amizade, o respeito à individualidade religiosa, dentre outros.

O registro das vivências das crianças precisa ser preservado, visto que os mesmos possuem sua própria história que vai sendo alterada, à medida que os mesmos se integram ao meio do qual dispõe nesse momento.

Finalmente, há que se estabelecer parcerias entre a rede de atendimento, sempre que necessário, buscando a efetivação dos direitos dos mesmos por meio das ações intersetoriais. Assim, estaremos cumprindo com o papel de promoção dos direitos individuais preservados inclusive na coletividade.

## **CONSIDERAÇÕES**

O texto desse trabalho buscou a discussão acerca do contexto pedagógico de ação desenvolvido pelo profissional em Pedagogia diante da perspectiva social.

Assim, foi pontuado sobre a importância do trabalho a ser desenvolvido pelas equipes multidisciplinares diante do atual contexto social, a partir das demandas que emergem do próprio meio em que se vive.

Como enfoque principal, tratamos da Pedagogia social diante do processo de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, visto que o mesmo possui suas particularidades e incita a retomada de posicionamentos diante do quadro que cada família apresenta. Ainda, abordamos a importância do trabalho a partir da coletividade das equipes técnicas que atendem o serviço, reforçando a necessidade de constante interação entre os profissionais.

Por fim, destacamos nesse trabalho de estudo teórico a importância do Pedagogo social nos espaços de acolhimento institucional, atuando com as crianças e adolescentes, bem como junto das famílias, buscando a promoção e/ou a preservação de vínculos familiares, oportunizando o melhor encaminhamento possível a cada contexto que se apresenta. Portanto, a Pedagogia social é uma esfera do conhecimento de extrema importância junto ao trabalho de institucionalização de crianças e adolescentes, articulando a promoção dos sujeitos diante da sociedade.

## REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/index.shtm](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/index.shtm). Acesso em 20 de outubro de 2019.

BRASIL. **Lei n. 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm).

BRASIL. **Lei n. 9394**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, 1996. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 20 de setembro de , 2019.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2004.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA *et al* (Coord.). **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2006b. Aprovado pelo CONANDA e pelo CNAS, em 13 de dezembro de 2006.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA. **Resolução n. 113**, de 19 de abril de 2006. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. CONANDA, 2006c. Disponível em: <http://www.mprs.mp.br/infancia/legislacao/id2410.htm>.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Nacional de Assistência Social (coord.). **Orientações Técnicas para o serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília: 2009a. Aprovado pela Resolução Conjunta n. 1, de 18 de junho de 2009. Aprovado pela Resolução Conjunta CNAS/CONANDA n. 1, de 18 de junho de 2009. Alterado pela Resolução Conjunta CNAS/CONANDA n. 2, de 16 de setembro de 2010.

BRASIL. Conselho Nacional da Assistência Social. Resolução CNAS n. 17, de 20 de junho de 2011. Ratifica a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOBRH/ SUAS e reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. **Diário Oficial da União**, ano CXLVIII, n. 118, Brasília-DF, 21 jun. 2011. Seção 1, p.79.

CALIMAN, G. **Pedagogia Social: seu potencial crítico e transformador** -Revista de CIÊNCIAS da EDUCAÇÃO - UNISAL - Americana/SP - Ano XII - Nº 23 - 2º Semestre/2010 p. 341-368.

CALIMAN, G. Fundamentos teóricos e metodológicos da Pedagogia social na Europa (Itália).In: **I Congresso Internacional de Pedagogia Social**, 1., 2006, Anais eletrônicos do evento. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Disponível em: <http://www.proceedings.scielo>

CHESINI, Aline Andrioli. **Pedagogos(as) em instituições de acolhimento: fazeres e saberes**. Curitiba, 2015.

JUNQUEIRA, L. V. **Do direito aos direitos: uma análise do discurso de crianças e adolescentes em medida protetiva de acolhimento institucional**. 92 p. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), 2012.

# POTENCIALIDADES E DIFICULDADES DA REDE DE PROTEÇÃO ÀS PESSOAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DO MUNICÍPIO DE IRATI-PR



**FREITAS, Alessandra Regina Teixeira de<sup>1</sup>**  
**MENON, Ana Carolina<sup>2</sup>**

ofertados para a população, esse artigo visa apresentar a realidade da Rede de proteção do município de Irati-PR.

### 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A emergente discussão relacionada ao trabalho em Rede vem crescendo gradativamente dentre as políticas que visam a garantia de direitos. Essas ações integradas têm sido adotadas em diversos municípios, pois visa garantir ao máximo a demanda do sujeito que acessa a política.

A Rede pode ser vista como um instrumental de trabalho muito eficaz, desde que seja bem articulada, mas essa articulação nem sempre acontece, isso muitas vezes ocorre pela falta de comunicação entre os atores sociais, ou seja, quando um serviço não dialoga com o outro. Podemos compreender a Rede como uma engrenagem, que necessita que todas as peças funcionem em harmonia.

Partindo do pressuposto que a Rede é um importante e complexo mecanismo/instrumental de trabalho, e que aborda diversos serviços

Para tanto esse estudo será desenvolvido a partir de uma pesquisa documental, qualitativa e bibliográfica, que tem como intuito discutir a articulação da Rede de proteção e abordar quais as potencialidades e dificuldades elencadas pelos atores sociais que compõe a Rede.

A fim de identificar esses pontos, foi desenvolvido um questionário que foi respondido anonimamente e de forma online pelos profissionais que atuam nos serviços que pertencem à Rede. Esse questionário foi divulgado através de meios de comunicação online, como e-mails e grupos de WhatsApp.

### 2. O QUE É REDE?

Para compreendermos o que é uma Rede de proteção e qual é o seu fundamento, devemos primeiramente pontuar algumas questões sobre esse conceito.

1 Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Assistente Social articuladora da Rede de Proteção às Pessoas Vítimas de Violências do município de Irati-PR e Secretária Executiva da Casa dos Conselhos Municipais de Irati-PR. Email: [teixeira.alle@hotmail.com](mailto:teixeira.alle@hotmail.com)

2 Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Assistente Social do Serviço de Acolhimento Institucional e do Acolhimento Familiar de Crianças e Adolescentes do município de Irati-PR. Email: [anamenon@outlook.com](mailto:anamenon@outlook.com)

Nesse sentido, Teixeira (2002 apud PEREIRA; TEIXEIRA, 2013, p.119), descreve a Rede como um fenômeno recente que se manifesta nos mais variados campos, “empresarial, políticas públicas, movimentos sociais, apoio sociopsicológico etc.” Podendo assim, abranger vários objetivos, entidades, atores e recursos. A autora ainda destaca que a Rede pode apresentar vários conceitos e análises, conforme o campo em que ela está inserida.

Na maior parte das concepções sobre Rede, mais precisamente no campo das políticas sociais, a Rede encontra-se associada a fatores como

[...] a noção de interconexão, articulação, parceria, interação, cooperação entre organizações governamentais e não governamentais, portanto, na defesa do pluralismo de bem-estar social, da corresponsabilização de todos, não apenas do financiamento das políticas sociais, mas na prestação de serviços sociais e na utilização dos recursos mobilizados por cada tipo de organizações (PEREIRA; TEIXEIRA, 2013, p.120).

De acordo com Bourguignon (2007), a Rede pode ser compreendida como,

[...] uma articulação, conexão, vínculo, ações complementares, relações horizontais entre parceiros, interdependência de serviços para garantir a integralidade da atenção aos segmentos sociais vulnerabilizados ou em situação de risco social ou pessoal.

A Rede de proteção é uma forma de trabalho integrado entre os atores sociais, que acontece de forma intersetorial visando a proteção integral e a garantia efetiva dos direitos humanos das pessoas que sofrem algum tipo de privatização de direitos (CORREA; FREITAS, 2017).

Outro fator que é importante destacarmos é que, a Rede deve desenvolver um trabalho para além das ações integradas e intersetoriais, pensando também em ações com o intuito de prevenir situações de risco e de violação de direitos, visando o rompimento do ciclo de violência (CABRAL; MUSIAL; GORTE, 2015).

Nesse sentido, percebe-se que a Rede não se configura enquanto algo pontual e engessado, e sim como um espaço complexo, que vai se configurando a partir do diálogo entre os atores sociais.

### **3. COMPOSIÇÃO DA REDE NO MUNICÍPIO DE IRATI-PR**

No início da criação da Rede de proteção de Irati-PR, seu objetivo era focado apenas para o atendimento de crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados, essa demanda era atendida através de ações integradas e intersetoriais, afim de estabelecer a cultura da paz, desse modo encerrando com o ciclo de violência.

Em 2014, a Rede foi ampliada e passou a abranger outros públicos que também sofressem violação de direitos, a partir disso a Rede iniciou um trabalho com todas as pessoas vítimas de violência, como, as mulheres, os idosos, pessoas portadoras de deficiência, população LGBT, negros, indígenas, povos e comunidades tradicionais e população e situação de rua, tendo em vista que a violência é um fenômeno complexo que pode acontecer com qualquer pessoa independente de raça, gênero, etnia ou condição social.

De acordo com o Guia de Serviços Programas e Projetos Municipais (2016), a Rede de proteção de Irati tem dois fluxos de atendimentos definidos, um exclusivo para crianças e adolescentes, e outro fluxo para os demais públicos. Os fluxos possuem praticamente os mesmos encaminhamentos, a diferença ocorre quando após ser preenchida a ficha do SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação, em caso de violação à crianças e adolescentes o próximo passo é ser encaminhado ao Conselho Tutelar, e em situações de violência para os demais públicos o próximo encaminhamento é direcionado ao CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

Além disto, em situações que a violação seja cometida contra a criança e ao adolescente, o Conselho Tutelar também deve encaminhar o caso para o CREAS e também para o NEDDIJ – Núcleo de Estudos e Defesa de Direitos da Infância e da Juventude, esse órgão vai dar o suporte jurídico e psicológico para a vítima, para as violências cometidas contra os demais públicos, esse encaminhamento não é realizado.

Ainda de acordo com o Guia de Serviços Programas e Projetos Municipais (2016), a Rede de proteção contava com reuniões mensais, mas devido à falta de um profissional que articulasse esse serviço a Rede ficou sem reuniões mensais por um determinado período, sendo essa situação regularizada em setembro de 2019 com a entrada de uma nova articuladora.

Além disso, a partir de um levantamento documental nas atas das reuniões, foi possível identificar que a Rede promovia alguns eventos alusivos, e ações de prevenção e proteção e também eram desenvolvidas reuniões para tentar solucionar casos de sujeitos atendidos pelos serviços da Rede. Até o presente momento estas são as informações gerais sobre o funcionamento da Rede de Proteção às Pessoas Vítimas de Violência de Irati-PR.

#### **4. METODOLOGIA**

Para a coleta de dados foi aberto um questionário online, onde os profissionais de diversos setores do município de Irati-PR poderiam responder anonimamente questões relacionadas à Rede de Proteção às Pessoas Vítimas de Violência.

No questionário foram abordadas questões fechadas, a fim de identificar: categoria profissional; o serviço em que atua; se sabe o que é a Rede; se tem facilidade em contatar outros serviços quando necessário; e se conhece os fluxos definidos pela Rede. Além disso, também foram feitas perguntas abertas acerca das dificuldades e potencialidades no trabalho em Rede do município.

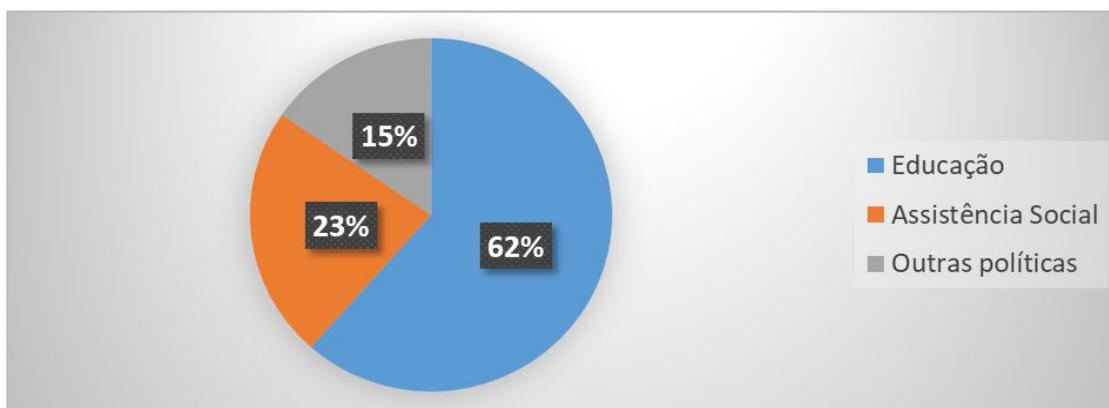
A pesquisa é de caráter qualitativo, pois busca aproximar-se da realidade da Rede do referido município, tendo em vista que os serviços estão em constantes mudanças, pois a Rede nada mais é que uma articulação entre os atores sociais, nesse sentido a pesquisa qualitativa se dá no sentido de destacar palavras chaves mais relevantes a partir da fala dos profissionais que participaram da pesquisa. Além do mais, a pesquisa deu-se através de levantamento bibliográfico e documental, tendo em vista a sustentação deste trabalho.

## 5. ANÁLISE DOS DADOS

### 5.1 PERFIL DOS TRABALHADORES QUE RESPONDEM

O formulário online foi encaminhado por e-mail para as instituições e disponibilizado do dia 23/10/19 a 28/10/19, totalizando 26 respostas de profissionais, sendo 16 da política de educação, 6 da política de assistência social e 4 de outras políticas de garantias de direitos. Dentre as categorias profissionais, tem-se: diretores, professores, enfermeiros, pedagogos, psicólogos e educadores sociais.

Gráfico 1: Política pública em que os profissionais atuam



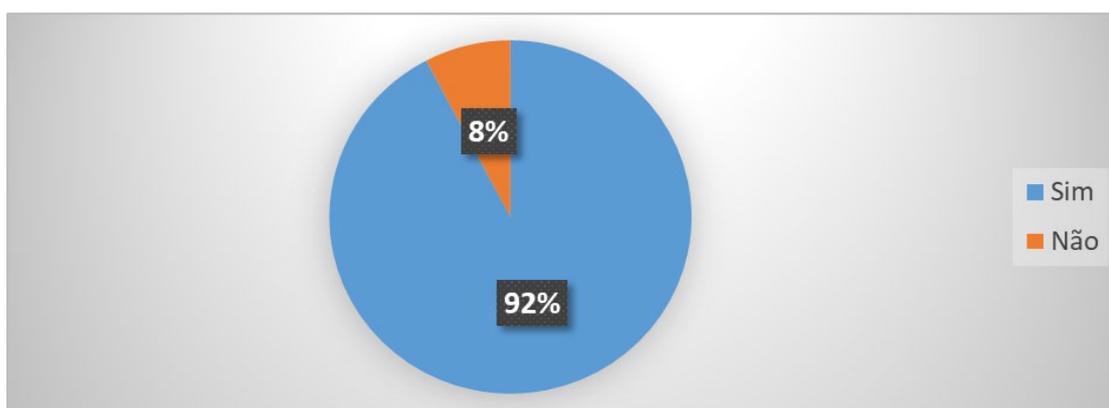
Fonte: A pesquisa (2019).

Observando o perfil dos profissionais que responderam à pesquisa, percebe-se que 62% dos profissionais pertencem a área da educação, em seguida com 23% profissionais que atuam na política de assistência social e 15% em demais políticas.

### 5.2 CONHECIMENTO SOBRE O QUE É A REDE E FACILIDADE EM CONTATAR

Quando questionados sobre o conhecimento sobre o que é a Rede de proteção às pessoas vítimas de violência, 24 profissionais respondem que conhecem e 2 responderam que não conhecem, conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 2: Profissionais que conhecem o que é a Rede

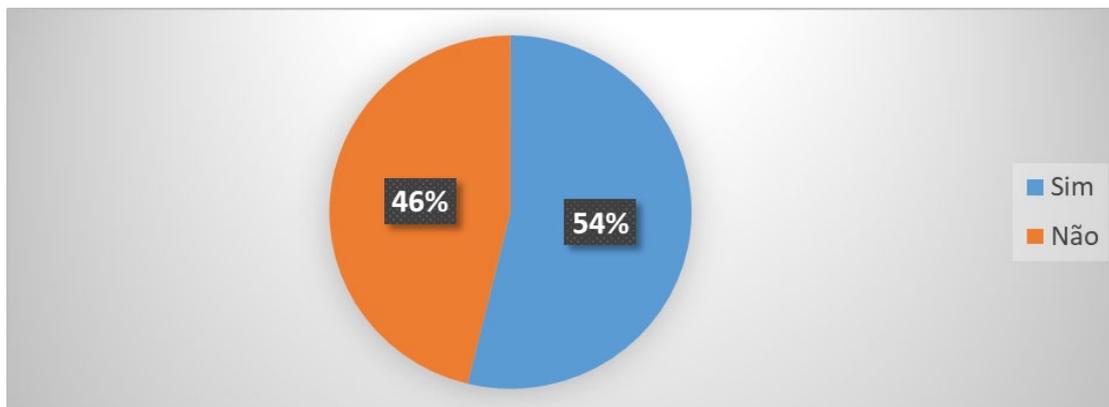


Fonte: A pesquisa (2019).

Nesse sentido, 92% dos profissionais que participaram da pesquisa conhecem o trabalho em Rede e 8% não têm conhecimento sobre essa forma de articulação.

Em relação a facilidade em contatar os serviços da Rede, 14 profissionais responderam que tem facilidade em entrar em contato com os demais serviços da Rede. Em contrapartida, 12 responderam que não conseguem com facilidade.

Gráfico 3: Facilidade em contatar outros serviços quando necessário



Fonte: A pesquisa (2019).

Nesse sentido, 53,8% dos profissionais que participaram da pesquisa tem facilidade em contatar outros atores sociais pertencentes a rede quando necessário, e 46,2% possuem dificuldade para contatar. A partir disso, podemos observar que a dificuldade em contatar outros serviços da Rede pode ocorrer em razão da dificuldade em conhecer o que é a Rede e a forma que se deve atuar.

Através da participação em reuniões da Rede, percebe-se que os profissionais da educação não têm participado ativamente, dessa forma, analisa-se que os servidores da referida área não compreendem a importância da atuação em Rede.

Dessa forma, questiona-se o entendimento sobre o que é a Rede, pois para que ocorra uma atuação efetiva, todos os profissionais envolvidos devem ter um conhecimento comum acerca de suas atribuições, o funcionamento e a importância da Rede.

### 5.3 POTENCIALIDADES E DIFICULDADES

Para a realização da análise das potencialidades e das dificuldades elencadas pelos profissionais que participaram, foi realizada uma primeira leitura, buscando aproximar-se dos principais eixos que surgiram nas respostas.

Em seguida, foram elencadas as dificuldades que mais surgiram nas respostas, sendo elas: demora no retorno do caso; dificuldade em solicitar outros serviços da Rede; agilidade na resolução dos casos; continuidade; pré-julgamentos das famílias; falta de participação da educação;

responsabilização de apenas uma política pública (assistência social); falta de conhecimento sobre a Rede; o papel dos atores sociais dentro dela e dificuldade de articulação; exigência de discussão de casos, mesmo não sendo esse o papel das reuniões da Rede.

Dentre as potencialidades que foram relatadas, surgiram: capacitações contínuas e reuniões ampliadas; estrutura dos serviços do município; a efetivação do trabalho quando este não é realizado de forma fragmentada; protocolos, fluxos e materiais que já foram criados; e encaminhamentos com feedback rápido.

Dessa forma, observa-se que a necessidade emergente da Rede de Proteção é que os atores reconheçam seus papéis dentro dela, de forma que ocorra a efetiva garantia de direitos da população vítima de violência, pois ainda há certa fragmentação na atuação, de forma que os serviços não têm se articulado entre si. Também é fundamental que o conhecimento entre os atores acerca dos fluxos e protocolos seja linearizado, de forma que todos possam seguir de acordo com o que já foi pré-estabelecido.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando a importância do trabalho articulado em Rede, devemos refletir como os atores sociais estão dialogando entre si, nesse sentido, pensou-se em elaborar um questionário que permitisse uma aproximação da realidade da Rede de Proteção às Pessoas Vítimas de Violência do Município de Irati-PR, principalmente das potencialidades e dificuldades que estes vem enfrentando.

Dessa forma, a pesquisa identificou que os profissionais não estão conseguindo dialogar em Rede, tendo em vista que muitos não conhecem os fluxos e não compreendem o seu papel dentro desta realidade. Ainda, devido ao desconhecimento em relação aos protocolos pré-estabelecidos, estes profissionais têm dificuldades em acionar outros serviços quando necessário, assim, não conseguindo realizar um trabalho efetivo com os sujeitos, tendo em vista que existe uma desarmonia entre os equipamentos.

Além disso, os profissionais também apontaram alguns pontos positivos, como a estrutura dos equipamentos, a equipe técnica bem capacitada e fluxos já definidos. Percebe-se que os profissionais que conhecem os protocolos e fluxos têm uma maior facilidade em acionar a Rede, diferente daqueles profissionais que ainda desconhecem o trabalho em Rede.

## 7. REFERÊNCIAS

BOURGUIGNON, Jussara. **Concepção de rede intersetorial de atendimento à criança e adolescente**, in LAVORATTI, Cleide (org.) **Programa de capacitação permanente na área da infância e adolescência: o germinar de uma experiência coletiva**, Editora UEPG, Ponta Grossa, 2007.

CABRAL, Celina; GORTE Thiago Mattoso; MUSIAL Denis Cezar. **Guia de Serviços, programas e projetos municipais**. 1º ed. Irati. Secretaria Municipal de Assistência Social, 2015.

CORREA, André Henrique Mello; FREITAS, Alessandra Regina Teixeira. **Perspectivas do trabalho em Rede: as ações desenvolvidas pelo Projeto de Extensão Tecendo a Rede de Proteção às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência na região dos Campos Gerais-PR**. II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas, 2017.

PEREIRA, Karine Y. de Lima; TEIXEIRA, Solange Maria. **Redes e intersectorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social**. *Texto & Contextos* (Porto Alegre), v.12,n.1, p. 114 - 127, jan/jun, 2003.

Nesta coletânea, o leitor encontrará artigos críticos, fundamentados teórico-metodologicamente e nas legislações do trabalho social com famílias que atravessa diversos campo das políticas sociais. Os artigos são inovadores, sendo resultados de estudos e intervenções profissionais dos trabalhadores que investigam o trabalho social com famílias , ampliando os olhares sobre as temáticas, cujas análises se expressam neste livro. A publicação do *1 Caderno da Assistência Social e Direitos Humanos-edição sobre o Trabalho Social com Famílias* é uma iniciativa da Secretaria Municipal de Assistência Social e pesquisadora da UNICENTRO. A obra é indicada a acadêmicos de graduação e pós-graduação das várias áreas, em especial, aos trabalhadores que atuam na política da assistência social.

